

Aprovada na 1069ª sessão

ALADI/CR/Ata 1067  
16 de dezembro de 2009  
Horário: 10h10m às 13h05m

ATA DA 1067ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
  2. Despedida da Representante Alternada da Venezuela, Ministra Conselheira Luisa López Moreno.
  3. Assuntos em pauta.
  4. Consideração das atas correspondentes às 1062ª e 1063ª sessões.
  5. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento por Programas.
  6. Convocatória para a Reunião da Comissão de Coordenação (ALADI/C.EC//Resolução 19) prevista no Artigo 13 do Regulamento da Conferência (ALADI/C.EC//Resolução 69 (XV) Artigo segundo).
  7. Plano de Ação priorizado para o tratamento dos temas sociais na Associação (ALADI/CM/Resolução 69 (XV) Artigo segundo).
  8. Comemoração dos 50 anos da Integração Latino-Americana e dos 30 anos da assinatura do Tratado de Montevideu 1980.
  9. Assuntos diversos.
-

Preside:

REGIS PERCY ARSLANIAN

Assistem: Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas e Roxana Cecilia Sánchez (Argentina); Salvador Ric, Jenny Encinas (Bolívia); Regis Percy Arslanian e André Saboia Martins (Brasil); Andrés Rebolledo Smitmans e Hernán Enrique Núñez Montenegro (Chile); Cielo González Villa (Colômbia); Carmen Zilia Pérez Mazón e Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo e Ivonne Flores Espinoza (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández e Dora Rodríguez Romero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco e Octavio Ferreira Gini (Paraguai); Jorge Antonio Rosado La Torre e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Raquel María Rodríguez Sanguinetti (Uruguai); Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral: José F. Fernández Estigarribia.

Subsecretários: Ricardo Hartstein e Oscar Quina Truffa.

---

PRESIDENTE. Iniciamos a sessão.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...A agenda da 1067ª sessão ordinária do Comitê tem 9 pontos. Pergunto se podemos aprovar a agenda de hoje.

Então, aprovamos a ordem do dia.

2. Despedida da Representante Alternada da Venezuela, Ministra Conselheira Luisa López Moreno

...O segundo ponto da agenda, o mais importante, é a despedida da Representante Alternada da Venezuela, a Ministra Conselheira Luisa López Moreno, que veio elegantíssima hoje. Gostaria de passar a palavra para o Secretário-Geral, e depois eu teria alguns comentários a esse respeito.

Por favor, senhor Secretário-Geral. Passo a palavra ao Secretário-Geral agora porque ele dirá tudo o que deve ser dito, e depois termino eu, precisando dizer pouca coisa. Por favor.

- Hilaridade.

SECRETÁRIO-GERAL. Ministra Luisa López Moreno, é um prazer proferir estas palavras. Coincidiu com o Presidente, as mulheres não querem, atualmente, -porque estão em um processo de poder, de liberação-, que sua beleza e sua elegância sejam elogiadas,

mas penso que o Presidente disse a verdade. No entanto, soube que tinha que dizer algumas palavras sobre a senhora nesta manhã, não sabia da existência dessa tradição, mas tive o tino de procurar seu curriculum vitae e, realmente, pude observar que a senhora tem uma vida muito interessante no que se refere à luta pela saúde em nossos países. Imagino que sua passagem por Montevideu e pela ALADI, na relação bilateral com o Uruguai, foi importante para ter outra visão e outros perfis do que deve ser seu futuro na Venezuela.

Nós esperamos que não nos esqueça e que continue contribuindo com seu trabalho, com suas ideias, com sua cooperação nesse mandato histórico de todos os venezuelanos, por serem da pátria do Libertador, o grande inspirador de nosso processo de integração.

Desejamos, fundamentalmente, boa sorte, o que significa também que, com o sucesso, a senhora terá tempo de voltar seu olhar para nós. Queremos compartilhar com a senhora suas ilusões, seus sonhos e sucessos. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Queria dizer para a Representante Alternativa, Ministra Conselheira Luisa López Moreno, que temos que felicitá-la -sobretudo em um organismo multilateral como a ALADI, em que as negociações se misturam e se envolvem tanto com as relações pessoais- por terminar sua missão com o respeito dos Alternos e dos Representantes Permanente, além de um sentimento de amizade tão grande como este. A senhora tem tudo para estar muito orgulhosa disso.

A senhora deixa aqui um sentimento de muito respeito por seu trabalho, por sua competência, por sua seriedade, por sua dignidade e, também, um sentimento enorme de amizade e de admiração por suas qualidades pessoais, por sua correção. A senhora defendeu seu país ao lado do Representante, meu amigo, Franklin González, de uma maneira admirável. Penso que todos nós guardaremos na memória e em nossa lembrança sua presença aqui e sua participação em nossos trabalhos.

Gostaria, em nome do Comitê, de desejar todas as felicidades, Luisa. A senhora é de um país lindo, um país que admiramos muito. Ontem, o Congresso de meu país aprovou a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, e é um grande feito para nós, no Brasil, e para o MERCOSUL. Somente tenho que desejar todas as felicidades em seu regresso a seu país. Muito obrigado.

Passo a palavra à Ministra Conselheira Luisa López Moreno.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Bom dia. Tiro a palavra da Ministra porque gostaria de dizer umas breves palavras antes que a Ministra Luisa faça sua despedida formal.

Bem, em primeiro lugar, quero dizer que a ida da Ministra Luisa López para nosso país significa a possibilidade real de uma ótima aquisição de nosso governo na Venezuela, e tenho absoluta certeza de que terá outras responsabilidades.

Em segundo lugar, quando o Secretário-Geral estava falando, confessou que lhe disseram na manhã de hoje que tinha que dizer algumas palavras. Lembrava de Yury Fusi, o tcheco que foi enforcado e, antes da forca, desse horrível acontecimento, disse que os homens não são imprevisíveis. Quero dizer que, certamente, os homens não são imprevisíveis. No entanto, no caso particular de Luisa López, quando esteve trabalhando tanto no âmbito bilateral quanto no multilateral, mais concretamente aqui na ALADI, penso que —e atrevo-me a pensar que isso é compartilhado- ela, —falando na terminologia de

Regis-, é um valor agregado extremamente importante para a ALADI, e esse valor agregado vai embora, e isso é difícil de ser construído, porque esse valor agregado foi sendo construído através de seu trabalho na ALADI e esses são elementos que teriam que ser considerados em todas as discussões que fazemos aqui na ALADI, porque, como sabemos, na América Latina e no Caribe há um ressurgir de jovens, jovens em termos de idades, que significa que não podemos obviar as experiências que vão sendo construídas e, para a Venezuela, o fato de que Luisa se vá significa procurar uma pessoa que possa substituí-la, e substituí-la é difícil porque é praticamente começar do zero.

Então, quero dizer que esta partida de Luisa, de alguma maneira, afeta a ALADI, mas, muito mais concretamente, afeta a Representação da República Bolivariana da Venezuela e, particularmente, a minha pessoa, porque estamos agora na procura da pessoa enviada da Venezuela para que possa desempenhar as funções de Luisa.

Bem, vejam como veio hoje, como disse o Regis, estava dizendo que ela não ia assim todos os dias para a Embaixada. Hoje veio com esse novo *look* e tem que aproveitá-lo. Tenho certeza, Luisa, que vai se lembrar muita da ALADI, de Dora, Mirna, Linda, de todos os senhores, mas menciono particularmente a mulheres porque realmente estão avançando muito. Na Venezuela, avançaram bastante e penso que na ALADI estas quatro mulheres marcaram pautas. Quando estas mulheres falam nos Alternos, bem, aí começa a discussão sobre suas propostas. Bem, Luisa, cabe a você dar as palavras de despedida. Passo a palavra à Ministra Luisa López, com a permissão do Presidente.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Muito obrigada, Embaixador. Bom dia a todos e a todas. Obrigada, Secretário-Geral, Presidente e Embaixador por suas palavras.

Tenho que começar dizendo que estou realmente muito feliz de regressar a minha Pátria, a República Bolivariana da Venezuela, depois de quase 5 anos de ausência. Foi uma honra para mim haver representado, como Alternata, o Governo Bolivariano presidido por Hugo Chávez, e hoje agradeço sua bondade por haver-me permitido esta oportunidade neste espaço tanto bilateral como multilateral, aqui no Uruguai. Sinto que contribuí, modestamente, para a causa da integração, mais ainda quando reconheço em nosso Presidente um entusiasta promotor da integração e de alianças estratégicas como a ALBA. Além disso, hoje celebramos o sim do Brasil a favor da integração da Venezuela ao MERCOSUL.

Nesta despedida, somente quero renovar meus votos pela integração latino-americana e caribenha. Não pretendo fazer um discurso sobre a integração, simplesmente gostaria de dizer-lhes que estou convencida que juntos somos capazes de potencializar o que somos como região e conseguir uma integração comprometida com a vida das pessoas de nossos povos.

Uma integração que seja capaz de sonhar com a união e a unidade da América Latina e do Caribe, uma união que projete, com sentido coletivo, as particularidades de cada país, que nas diferenças tenhamos uma visão do conjunto, projetando e direcionado para esse propósito nossas riquezas, as materiais, as imateriais, nossos valores, a cultura, nossa identidade, o que somos.

Sinto que estou fechando um ciclo profissional na ALADI. Cheguei em um momento em que a Associação estava adequando-se para responder as exigências da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros, celebrada em outubro de 2004, e foi uma experiência muito intensa e que me gerou muitíssimas aprendizagens. Compartilhei muitas

horas de trabalho sobre este tema com alguns que ainda estão aqui neste Comitê. Nossos queridíssimos Subsecretários Ricardo e Oscar, ex-Alternos, compartilharam este trabalho intenso, Dora, que continua sendo a decana, Alfonso Soria, hoje Funcionário Internacional, e outros que partiram para administrar novos sonhos em outros lugares.

Hoje, despeço-me quando a ALADI também está novamente em um processo de ajustes e adequações para dar cumprimentos a novos mandatos. Penso que, profissionalmente, isso implica realmente uma satisfação por haver vivido tudo isso com a intensidade e a riqueza das discussões e das visões dos diferentes países que estão aqui hoje.

À Secretaria-Geral, com seus Funcionários Internacionais e, muito especialmente, seus Funcionários locais, deixo minha amizade, meus votos de sucesso para as ações que vierem a empreender. Aos Representantes Permanentes presentes hoje, dou o meu muito obrigada por sua consideração, pelo afeto demonstrado. Lembro-me, com muito carinho, de Representantes Permanentes e Alternos que não estão aqui, o que sempre é bom porque na vida construímos afetos, vínculos e aqui quero recordar muitos deles que não estão e dos quais também aprendi muito. Tenham certeza que levarei isso tudo como parte de minha bagagem.

Quero fazer uma menção especial às mulheres deste Comitê, que me receberam quando cheguei aqui, à Embaixadora Perla Carvallo, quero cumprimentá-la de coração e desejar-lhe saúde, à Embaixadora Claudia Turbay, que recentemente teve sua despedida, à Embaixadora Marielena Ruiz, que já não está e, finalmente, à Embaixadora María Urbaneja, Embaixadora com a qual me incorporei aos trabalhos. A ela agradeço enormemente por sua amizade, confiança e exemplo de trabalho.

Aos meus colegas Alternos, a todos, mas especialmente às mulheres Alternas, todas, quero agradecer-lhes por sua paciência, pelo ambiente de camaradagem mais além das divergências, penso que o comum é o que nos aproxima, e essa é a razão pela qual estamos fazendo parte desta Associação, e penso que o Tratado de Montevideu foi sábio nisso. Quero lhes dizer que realmente os levo em meu coração.

Também quero recordar, nesta manhã, meus colegas de trabalho da Representação com os quais dividi as angústias, as conquistas da Associação, que já não estão na Representação: Julio Chirino, Ramón Paris, Olga Fuenmayor, Adriana González, e os que estão aqui: Cecilio, Mayira, Arnoldo, que estão se incorporando, quero dizer-lhes que este trabalho implica muito compromisso e convicção, e sei que eles assim o sentem e espero também que saibam aproveitar toda a aprendizagem e todas as riquezas deste trabalho.

Finalmente, ao Embaixador Franklin González, agradeço pela confiança depositada em mim e pela compreensão, ambas as coisas permitiram que continuasse fazendo parte de sua equipe de gestão na Representação e na Embaixada.

Quero fazer constar o carinho que deixo a todo o pessoal local uruguaio-venezuelano, com o qual compartilhei não somente horas de trabalho, mas de alegrias e tristezas.

E, para terminar, quero dizer que o Uruguai me deu muitíssimas surpresas, gratas, o “candombe”, a “murga” e um filho uruguaio-venezuelano. Tenham certeza que isso significará que sempre os levarei comigo em meu coração, um pedacinho deste país que me ofereceu um tratamento muito cordial, com muitas satisfações no âmbito pessoal e profissional. E, verdadeiramente, o Uruguai será um dos meus destinos, não sei se por razões de turismo, mas deixo muitos amigos e, obviamente, sempre será uma motivação

voltar ao Uruguai. Agradeço a todos os presentes muitíssimo, e espero vê-los logo aqui ou lá, onde a vida nos permitir. Muito obrigada.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Ministra Luisa López Moreno. Agora, vamos para a entrega da bandeja recordativa e para o registro fotográfico. Por favor, Ministra.

- É feita a entrega da bandeja e realizado o registro fotográfico.

### 3. Assuntos em pauta

...Passamos, então, ao terceiro ponto da agenda, os Assuntos em pauta. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. As notas e documentos mencionados em Assuntos em Pauta estão na pasta dos senhores Representantes.

Entre eles, cabe destacar a nota recebida da Delegação Permanente do Brasil comunicando o fim das funções do Primeiro Secretário José Gilberto Scandiucci. A Embaixada da Suíça comunica a designação do senhor Embaixador Hans-Ruedi Bortis para representar seu Governo como observador na ALADI.

Além disso, cabe destacar a contribuição ao orçamento da Associação, com o pagamento de Cuba na quantia de 83.087,50 dólares, que quita sua contribuição e pagamento da conta de despesas financeiras para 2009, com data de 1º de dezembro de 2009. Agradece-se a mencionada contribuição. Obrigado, senhor Presidente.

"1. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e o MERCOSUL. Nota N° 233, de 09/12/2009.

Comunica descredenciamento de funções do Sr. José Gilberto Scandiucci Filho, que partirá definitivamente no dia 23 de dezembro de 2009.

2. Embaixada da Suíça. Nota de 04/12/2009.

Comunica a designação do Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário Hans-Ruedi Bortis para representar seu Governo como Observador na ALADI.

3. Representação Permanente do Chile junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 096/09, de 27/11/2009.

Comunica a incorporação ao ordenamento jurídico do Chile do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 42.

Publicado como documento ALADI/CR/di 3093.

4. Contribuições recebidas ao orçamento da Associação:

Cuba: pagamento na quantia de US\$ 83.087,50, correspondente a sua contribuição do ano de 2009.

5. Convites recebidos

Associação de Despachantes de Aduana do Uruguai e Escola de Formação Profissional em Comércio Exterior e Aduana. Nota de 14/12/2009. Convidam o Secretário-Geral para a Conferência sobre "Valor em Aduana e Preços de Transferência: sua coordenação aos efeitos fiscais" (Montevideu, 17/12/2009)

6. Os efeitos da crise econômica internacional no comércio exterior da ALADI - Quarto relatório (ALADI/SEC/di 2218.3)."

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral.

4. Consideração das atas correspondentes às 1062ª e 1063ª sessões

...Passamos, então, ao quarto ponto da agenda, que é a aprovação das atas correspondentes às 1062ª e 1063ª sessões. Alguma observação?

Não havendo observações, aprovam-se as atas.

5. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento por Programas

...Como quinto ponto, o relatório do Presidente da Comissão de Orçamento por Programas. Ofereço a palavra ao Presidente da Comissão para que informe sobre os resultados da reunião da Comissão. Por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Bom dia a todos. Muito obrigado, Presidente. A Comissão de Orçamento submete à consideração deste Comitê dois projetos de Resolução, frutos de muitas horas de dedicação e de esforço de todos os membros da Comissão. Dessa forma, quero expressar, neste momento, meu agradecimento.

O primeiro projeto consiste em uma fórmula de ajuste das remunerações do quadro de pessoal da Secretaria, com um componente de retroatividade que varia conforme cada uma das categorias, e a outra proposta contém o orçamento por programas da Associação para o ano 2010, e obviamente incorpora a nova escala salarial da Resolução mencionada. Trata-se, no caso do ajuste, das remunerações de uma solução de consenso. Sei que houve, de parte de todas as Representações, um compromisso em ajustar suas aspirações e conseguir um entendimento, no qual nem todos se sentem igualmente satisfeitos, mas é uma conquista que me parece necessário reconhecer e que vem a dar uma solução a uma situação trabalhista que estava proposta na Secretaria, além de marcar um caminho para atender o manifestado pelo Tribunal Administrativo na sentença recente, do início de novembro, sobre a necessidade de que a Secretaria conte com um mecanismo de ajuste das remunerações.

Neste projeto de Resolução que os senhores têm em suas pastas, verão que, além da questão da nova tabela das remunerações, fala-se da necessidade de definir uma política salarial e de recursos humanos para a Secretaria, e isso tem que ir acompanhado de uma decisão que deveria ser adotada por este Comitê, que não consta na Resolução mas que foi proposta na Comissão de Orçamento, qual seja: até que essa política de recursos humanos seja definida, não se deve inovar na provisão de cargos na Secretaria. Então esse é um tema que, caso compartilhado pelo Comitê, deveria ficar refletido na ata desta reunião, além da aprovação da Resolução sobre a qual estou falando.

No que se refere à Resolução do orçamento, também houve questões que não foram possíveis de chegar a um consenso, mas que ficaram pendentes, com o compromisso dos países de tratá-las em breve, logo que começarmos o trabalho do próximo ano, e aí assinalo em ordem.

No Artigo Primeiro das disposições gerais da Resolução de orçamento, fala-se da faculdade do Secretário-Geral para dispor a reclassificação de cargos frente às necessidades que podem surgir no desenvolvimento cotidiano das tarefas. Este tema ficou pendente de análise pela Comissão e continua redigido da mesma forma em que estava no ano passado, sem prejuízo de que seja possível modificar mais adiante. Também ficou pendente, no Artigo Quarto, uma eventual modificação do conceito por moradia para os funcionários internacionais, que as Representações estão analisando e sobre o qual ainda não chegaram a uma definição e, por último, há um capítulo, denominado Despesas Financeiras, que engloba os Artigos 13 ao 16, onde também existe entre as Representações a ideia de analisar estas disposições, avaliá-las e, eventualmente, introduzir alguma modificação.

Então esses são os textos, senhor Presidente. Submeto ao Comitê sua aprovação. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. O Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Queria manifestar a Daniel e a todos os Alternos um profundo agradecimento pelo trabalho que realizaram, tanto no projeto de Resolução quanto no projeto de orçamento, além de, especialmente, na Resolução sobre a nova escala de remunerações.

Sabemos, como bem disse Daniel, que nem todas as Representações ficaram conformes com a totalidade, mas penso que o trabalho dos Alternos realmente permitiu, depois de muitíssimo trabalho, como me consta pela quantidade de horas que não pude contar com a colaboração de Raquel em minha Representação porque estava nessas reuniões. Queria, neste sentido, manifestar meu agradecimento e minha admiração pela forma como foi conduzido todo este processo para chegar a um feliz termo, no qual finalmente foi possível chegar a um consenso entre todas as Representações. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Uruguai. Pergunto... Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Sim, obrigada, Presidente. No caso de nossa Representação, estamos de acordo com a opinião do Uruguai -do Embaixador Gonzalo- e, na verdade, não queríamos que terminassem as sessões do Comitê com um ponto como este na ata sem fazer um reconhecimento como Alterna ao trabalho de Daniel. Daniel assumiu a função, o desafio, de trabalhar um tema muito complexo, que tinha a dualidade de ter o acordo de todos os países e do Comitê de Representantes de que devia ser resolvido, e que, no entanto, não era fácil resolver. Isso foi feito com profissionalismo, acudindo a sua experiência e a seu carisma pessoal.

Então, nossa Representação, minha Embaixadora e eu, realmente agradece muito, Daniel, pela forma em que o senhor trabalhou. Espero que o tenhamos no ano que vem como Presidente da Comissão de Orçamento novamente. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. O Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (André Saboia Martins). Em nome de minha Delegação, queria agradecer a Daniel e a todos os demais que trabalharam, reconhecendo o enorme esforço para obter os consensos importantes com os quais chegamos neste final de ano. Sobre alguns dos temas pendentes, minha Delegação queria suscitar uma reflexão sobre um ponto específico que acreditamos que seja conveniente, talvez, discutir e resolver ainda



neste exercício, que é o tema de um incremento de 5% no conceito de moradia, conforme estipulado no Artigo 4º do projeto.

Nós acreditamos que, pelo baixo impacto no orçamento desta medida, seria conveniente, com vistas a estimular o importante trabalho que os funcionários vêm desenvolvendo, averiguar a possibilidade de tomar esta decisão ainda este ano para que no próximo ano, a partir de março, nós possamos ocupar-nos dos temas de maior relevância e superar estas pequenas questões administrativas.

Então, proponho ver se, neste exercício, podemos aprovar esse ponto pendente. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Brasil. O Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Para apoiar o proposto pela Delegação do Brasil.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Obrigada, senhor Presidente. No mesmo sentido, sempre estivemos de acordo em incentivar os internacionais, independentemente do tempo que foram nomeados, para melhorar, de alguma maneira, seu ingresso e seu salário.

PRESIDENTE. Obrigado. O Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. É para acompanhar a proposta do Brasil.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra ao Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). O Equador está de acordo com o Projeto de Resolução, mas não com outros pontos. Penso que, quanto aos internacionais, eles deveriam esperar os novos contratos de internacionais, porque, quando vieram, eles aceitaram essas condições, o que é diferente do quadro de pessoal que há anos trabalha aqui. Se os recém vindos consideravam pouco, não deveriam haver aceitado. Não quero adiantar minha despedida, mas penso que uma questão que faz falta na ALADI, sejam internacionais ou nacionais, é um maior compromisso, é preciso vestir a camiseta da integração, esses são meus desejos de fim de ano e de ALADI. Não se deve ver a ALADI como uma questão burocrática, mas sim demonstrar essa paixão pelo trabalho, pela integração latino-americana, e é muito diferente a situação deles e dos que têm salários muito diferentes, não? Em todo caso, eu diria que isso deveria ser contemplado nos novos contratos, e tenho a esperança, o desejo que, no futuro, haja mais rigor quanto à seleção dos internacionais, porque uma coisa é a sua grande inteligência e seus conhecimentos especializados, elemento do qual também não tenho dúvida, mas outra coisa, aí sim tenho dúvidas, é que cada um esteja localizado no lugar que mais possa render e que, além disso, goste do que faça.

No futuro, tenho a esperança que a ALADI corrija algumas distorções do passado neste ponto, como a nomeação de pessoas por favores políticos, de equilíbrios com países para satisfazer pressões, não quero dizer as dignidades, mas isso é algo que aconteceu na ALADI no passado e penso que tem que ser corrigido. Isso não está nos papéis, isso está na ação, na gestão das pessoas que dirigem, isso está no papel fundamental dos

Secretários-Gerais que existiram, onde as chamadas reestruturas, no fundo, eram reduzidas à mudança de pessoal, saem umas pessoas e, depois de pouco tempo, as vagas são preenchidas por outras pessoas e as pressões são, assim, satisfeitas, os apetites e as conveniências das novas pessoas que chegam.

Penso que, no futuro, isso não deve acontecer. Como gosto de misturar os temas, temos um mandato do Conselho de Ministros que o Comitê tem que implementar, que tem que refletir-se na reestrutura para que haja uma equivalência das demandas e das ações das pessoas, e, após, isso é liderado pelo Secretário-Geral, que é o elemento mais importante da reestrutura. Pode haver a melhor estrutura física, as melhores pessoas, mas o timoneiro é a pessoa chave, porque se há excelentes pessoas e uma excelente estrutura, mas se o cabeça não coordena, como em uma guerra, os elementos dessa pequena nação que é a ALADI, não se pode ir muito longe, qualquer um pode falhar, menos o Secretário-Geral, o condutor tem essa altíssima responsabilidade, e penso que, no momento, a Secretaria-Geral não está em boas mãos, está em ótimas mãos. Gosto dessa expressão uruguaia, que diz "está bem?", e eu digo não, não estou bem, parece-me pouco estar bem. Estou em muito boas mãos, que esperamos que saibam conduzir, que os cavalos tenham algum equilíbrio e que essas forças não se choquem e estejam em uma mesma direção: no benefício da integração latino-americana.

PRESIDENTE. O Peru, por favor.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. Somente para concordar com a proposta do Brasil. Quero destacar que o incremento de 5% não é um incremento significativo, é uma pequena quantia. Penso que os internacionais mostraram, pelo menos neste último ano, um esforçado trabalho. Tiveram uma agenda muito dura e sua remuneração se deteriorou. É um justo reconhecimento e um reconhecimento simbólico o incremento de 5% da quantia para moradia. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. A Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Uma pergunta de ordem, para ver se podemos seguir a discussão. Entendo que o projeto de Resolução é um projeto que vem da Comissão de Orçamento com consenso, então pergunto, porque introduzir outro elemento pode gerar diferenças e, ao gerá-las, já não há consenso.

Pergunto isso para depois poder fixar a posição da Venezuela. Gostaria de precisar isso, porque se entramos em uma discussão não haverá consenso, eu quero o consenso, mas primeiro quero que o senhor me explique qual é o mecanismo da discussão. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Eu explico. Houve Representações que haviam pedido a palavra, eu também entendo que é um projeto de consenso, estava esperando terminar as manifestações para, então, propor a aprovação do projeto, mas não sei se a Argentina gostaria de fazer alguma observação a esse respeito.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado, Presidente.

Efetivamente, os projetos são fruto do consenso. Eu me limitei a indicar os pontos que ficaram pendentes, porque existe o compromisso das Representações de tratá-los, não

foram dados por finalizados, simplesmente não houve tempo para uma definição sobre esses pontos, e ficamos de seguir trabalhando neles. Essa é a situação.

PRESIDENTE. Obrigado. Entendo, como a Venezuela, que o projeto de Resolução sobre escala de salários está aprovado.

Estamos todos de acordo?

Então, fica aprovada a escala de salários da Secretaria-Geral do documento ALADI/CR/PR 267. Aprovado como Resolução 357.

#### "RESOLUÇÃO 357

#### ESCALA DE SALÁRIOS DA SECRETARIA-GERAL

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Tratado de Montevideu 1980, Artigos 35, letra e), e 38, letra m), e as Resoluções 338 e 354 do Comitê de Representantes.

LEVADO EM CONSIDERAÇÃO a conveniência de contar com uma política salarial e de recursos humanos, que permita ao Comitê de Representantes realizar avaliações periódicas da escala de salários da Secretaria-Geral, sem afetar os montantes aportados pelos países-membros à Associação, nem o nível de execução de suas atividades.

CONSIDERANDO a Sentença TA/SD/X/2009 do Tribunal Administrativo de 3 de novembro de 2009.

CONSIDERANDO a solidez e o equilíbrio, bem como o baixo nível de endividamento que caracteriza a atual situação financeira da Associação.

LEVANDO EM CONTA que a Associação disporá de recursos remanescentes do Item 1 "Retribuições e Custos de Pessoal", ao final do exercício orçamentário do ano 2009.

#### RESOLVE:

PRIMEIRO.- Autorizar o incremento do salário base do quadro de pessoal da Secretaria-Geral que consta na planilha de funcionários em 1° de dezembro de 2009, com efeito retroativo a 1° de outubro de 2008 para os níveis JDA, T-7, T-6, T-5 e T-4 da Categoria Técnica e a 1° de julho de 2008 para os demais níveis da Categoria Técnica, bem como para todos os da Categoria Administrativa, calculado com base no salário percibido em cada mês, respectivamente, nos termos detalhados em anexo.

SEGUNDO.- Os mencionados pagamentos retroativos serão atendidos por conta dos créditos remanescentes do Item 1 "Retribuições e custo de Pessoal do Orçamento" correspondentes ao exercício 2009, até a quantia de US\$ 147.000,00.

TERCEIRO.- Desenhar e colocar em prática uma política salarial e de recursos humanos que contemple a seleção, capacitação e aperfeiçoamento do pessoal da Secretaria-Geral, de modo a garantir que os órgãos da Associação contem com o apoio necessário para o desenvolvimento de seus trabalhos.

QUARTO. No âmbito da política salarial e de recursos humanos mencionada, fazer uma avaliação cada 2 anos da escala salarial da Secretaria-Geral, tendente a preservar o poder aquisitivo das remunerações, na medida em que a situação financeira da Associação assim permitir.

Categoria	Grau	Salário Base 2009	Salário Base 2010	Incremento
Técnica	JDA	3.000	3.120	4.0%
	T-7	2.550	2.652	4.0%
	T-6	2.400	2.496	4.0%
	T-5	2.000	2.100	5.0%
	T-4	1.700	1.785	5.0%
	T-3	1.500	1.590	6.0%
	T-2	1.300	1.378	6.0%
	T-1	1.100	1.171	6.5%
Administrativa	A-8	1.400	1.484	6.0%
	A-7	1.300	1.378	6.0%
	A-6	1.100	1.171	6.5%
	A-5	1.030	1.102	7.0%
	A-4	935	1000	7.0%
	A-3	740	800	8,1%
	A-2	615	700	13,8%
	A-1	500	600	20%

...Voltando aos temas pendentes indicados pela Presidência da Comissão de Orçamento por Programas, havia um ponto específico sobre a questão do conceito por moradia, que correspondia ao Artigo Quarto do Projeto de Resolução sobre orçamento. No Artigo 4º, a questão seria aumentar o conceito por moradia de 15% mensal sobre o salário base para 20% mensal. Queria recordar que, durante os trabalhos da Comissão de Orçamento por Programas, esta questão foi discutida e foi decidido, em nível técnico, sugerir ao Comitê que isso fosse discutido no primeiro trimestre do próximo ano.

Eu, como Presidente do Comitê, sugeriria que isso fosse definido de uma vez, para evitar que comecemos 2010 com o pé esquerdo, tendo detalhes, coisas que não são vitais nem importantes para a integração e que tenhamos que usar nosso tempo, o tempo de nossas equipes técnicas, para discutir detalhes de orçamento. Penso que estamos aqui e que podemos definir isso de uma vez e depois concentrar-nos e dedicar-nos muito mais no

primeiro trimestre na Comissão de Coordenação, na Conferência de Avaliação e Convergência e na integração de uma maneira geral.

Tem a palavra a Delegação do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (André Saboia Martins). Obrigado, Presidente. Para aproveitar esta oportunidade e avançar um pouco, aperfeiçoar o estado de consenso que temos, de modo que, como já foi dito antes, possamos dedicar-nos, no início do ano que vem, a tarefas mais substantivas de nossa Associação. A razão que nos leva a postular este pequeno incremento de 5% é seu impacto sobre o orçamento da Associação, que realmente é muito pequeno, calculamos cerca de 20.000 dólares do próximo exercício, essa seria a diferença, uma pequena diferença para o orçamento da Associação e uma grande diferença em termos de condições de trabalho dos funcionários internacionais. Então, como sempre, podemos aperfeiçoar os consensos que temos, e este também é um princípio, do qual me lembro da minha aula de direito do trabalho: sempre podemos aperfeiçoar as condições de um contrato de trabalho.

Sobre o tema orçamentário, mais especificamente, penso que também há uma avaliação compartilhada de que, no orçamento do próximo ano, necessariamente vamos ter excedentes, e estamos falando de um valor pequeno, e, por isso, queremos propor este tema justamente neste momento, no sentido de aperfeiçoar o entendimento que alcançamos e aperfeiçoar as condições de trabalho dos funcionários. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Brasil. A Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Duas coisas: primeiro uma reflexão e depois uma pergunta ao Presidente da Comissão de Orçamento.

Primeiro, Presidente, o senhor é o Presidente do Comitê, tem que buscar o consenso, já que se propôs à Associação o consenso no Comitê. Entendo que a proposta do Brasil é do Brasil, não é do Presidente do Comitê. O Presidente do Comitê deve buscar o consenso, já que se propôs esse ponto aqui. Digo isso como reflexão, para que não confundamos os papéis, cada um de nós teve responsabilidades desse tipo e tratamos de respeitar o que estabelece o Tratado.

Pergunta, e quero fazê-la com absoluta responsabilidade e, sobretudo, com honestidade. Aqui, começou-se com a apresentação desta proposta da Comissão com algumas intervenções elogiando o papel da Representação da Argentina na direção e na coordenação de todo este tema, tanto no que tem relação com a escala de salários como com o orçamento do ano que vem. A Venezuela também se soma a isso, e quero perguntar ao Presidente da Comissão, porque a informação que eu tenho da pessoa venezuelana que esteve na reunião é que o consenso do projeto de orçamento é sobre isso que está aqui e quando se falou em moradia, esse é o consenso da Comissão. Então, quero perguntar, isso foi assim ou não?

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Com licença, Presidente. Efetivamente foi assim, não há nenhuma dúvida que esse foi o texto objeto de consenso, que decidimos submeter à consideração do Comitê. Acordamos tratar os outros temas o antes possível, falou-se dos primeiros meses do ano que vem para encontrar alguma solução.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Bem, respondida a pergunta, quero dizer-lhes, Presidente, que vamos nos colocar de acordo. Se temos um consenso na Comissão, por que uma Representação traz o tema, supõe-se que essa Representação se somou ao consenso, então eu quero esclarecer isso, porque qual o sentido de participar de comissões, Grupos de Trabalho, e que, depois, haja pontos que sejam introduzidos aqui, diferentes do consenso, porque "lo que es igual para el pavo es igual para la pava". Então, a Venezuela poderia também, em qualquer momento, somar-se ao consenso de um Grupo de Trabalho e dizer depois no Comitê que não. Então queria que analisássemos isso. Também quero dizer que a questão orçamentária não é uma questão de segunda ordem, nem de terceira ou quarta, a questão orçamentária é de primeira ordem todo o tempo e em todas as instituições. O consenso, e que o negue o Presidente da Comissão, é que isso será abordado no primeiro trimestre do ano que vem, é o consenso, é sobre este percentual, mas, que, além disso, todas as Representações coincidiram em que isso será abordado no primeiro trimestre. Eu não sei qual é a intenção de abortar um consenso e de entrar em uma discussão aqui.

Além disso, quero dizer outra coisa. Penso que quando formos discutir questões relacionadas com os salários, penso que temos que tomar algumas medidas, porque não é possível que isso seja discutido em presença dos funcionários da ALADI, porque os funcionários podem entender que as posições dos países estão contra os interesses dos funcionários, veja, vou dizer o seguinte, e tenho que fazê-lo, já que esse tema foi introduzido, e eu esperava que não fosse. Os senhores sabem que chegaram comunicações para nossas residências, enviadas pelos funcionários da AFALADI. Eu quero dizer aqui que isso é inaceitável, as comunicações devem ser enviadas às Representações, não às residências dos Embaixadores, em envelopes onde se lia urgente, em envelopes da instituição. Além disso, quero dizer-lhes o seguinte: nessa comunicação, fala-se de quatro Representações, dizendo que quatro não haviam apoiado uma proposta X, não sei qual, isso está falando muito mal, porque gera um ambiente no qual há países que supostamente estão contra, e aí incluem a Venezuela, e nós estamos propondo e viemos defendendo, e vamos continuar defendendo, o estabelecimento de um mecanismo que possa ressarcir a perda do salário de forma permanente, e não conjuntural nem circunstancialmente.

Então, há uma série de reflexões que teríamos que fazer, repito, eu não queria apresentar isso nesse momento, mas me vejo obrigado porque se gerou uma discussão que penso ser absolutamente desnecessária, Presidente, com todo o respeito. Penso que esse era o consenso e isso, proposto nesses termos, quebra o consenso. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Dois pontos antes de passar a palavra. Queria dizer à Venezuela que o Brasil tem uma posição a respeito desses pontos pendentes que ficaram na Comissão de Orçamento. Eu, como Presidente, tenho a função de buscar o consenso, mas como o senhor mesmo disse, recordando José Martí, quem não tem a ousadia de dizer o que pensa não é digno. Penso que o Presidente do Comitê tem o direito de ser digno e tem o direito também de dizer o que pensa.

Procuo o consenso desta maneira, é minha maneira de ser. Dou sugestões para buscar o consenso, em um momento em que 8 Representações disseram que estavam a favor do aumento da moradia e uma contra, eu estou buscando o consenso para fazer uma sugestão, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que a Comissão de Orçamento por Programas teve um consenso e a Comissão de Orçamento está submetendo sua decisão para que tomemos uma decisão aqui. Temos, como Comitê, o direito de abrir uma questão que os técnicos decidiram, se

não fosse assim, o Comitê não serviria para nada, a Comissão de Orçamento por Programas tomaria uma decisão e adotaria uma Resolução automaticamente, não precisaria submeter ao Comitê. Se nós, e neste caso foi o Brasil, reabrimos a questão, temos o direito de discuti-lo, não é a primeira vez que discutimos orçamento no Comitê, Embaixador. Não é a primeira vez, desde que estou aqui, há dois anos e meio, várias vezes discutimos a questão do orçamento na presença dos funcionários da Secretaria, é um ponto pendente ao qual se chegou a um acordo, houve objeções de algumas Representações. A questão agora é discuti-lo de novo. Volto a dizer, são 7 ou 8 Representações que estão a favor de um aumento da questão da moradia, apesar do consenso da Comissão de Orçamento.

Tem a palavra a Representação do México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Muito obrigado, Presidente. Nós vamos acompanhar o consenso pelo aumento da moradia. Mas que fique claro também que tem toda a razão, do ponto de vista de minha Representação, o Embaixador Franklin González, porque não somos crianças pequenas e sabemos que tivemos muitos dias de árduo trabalho buscando uma solução que servisse para encaminhar a solução definitiva do tema dos salários. Fico sabendo, nesta manhã, ao chegar, que está sendo proposto não esperar até o primeiro semestre, mas, sim, dar este modesto incremento à moradia de uma só vez. Isso, em si, não me causa problemas, mas sim o fato de que aqui chegando há uma nova ideia que quebra semanas e semanas de trabalho muito árduo e isso não está bem, isso, em termos da política mexicana, chama-se "chamaquear a la gente", ver as pessoas como crianças pequenas e dizer: em cima da hora consigo outra coisa, além do que foi trabalhado e discutido arduamente.

Devemos ser honestos, devemos ser sinceros. Nós estamos muito preocupados pelos salários, nunca tivemos a atitude de não escutar as muito legítimas aspirações, mas sempre tivemos uma atitude responsável de buscar saídas a longo prazo e de fundo, e isso é uma coisa de última hora que não estava em todo o processo de trabalho, e justo é dizê-lo. Concordo, completamente, com o manifestado pelo meu colega da Venezuela. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, México. Ofereço a palavra ao Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente.

Penso que há uma espécie de mal entendido, e tentarei explicar por quê, fazendo duas ou três reflexões. O Presidente da Comissão de Orçamento por Programas nos disse que havia pontos pendentes, quer dizer que o consenso não foi absoluto. Acredito que isso não altera nada nem fala de desonestidade nem questiona o trabalho realizado na Comissão de Orçamento pelo fato que, chegado o ponto de discussão aqui, alguém proponha uma modificação em um dos temas pendentes. Penso que todos nós temos a experiência, aqueles que seguem as tarefas dos legisladores, por exemplo, sabem que nas comissões nas quais os legisladores discutem os temas muitas vezes se chega a um acordo de apresentar determinados temas ao plenário, e no plenário de deputados ou senadores essas sugestões das comissões não são aceitas em sua totalidade, são discutidas, alteradas e modificadas.

Penso que estamos em uma situação parecida. Parece-me que isso teve um fervor que não merece a manifestação que foi feita. Isso quanto ao consenso pendente, a respeito do qual nos informou o Presidente da Comissão de Orçamento por Programas.

O outro ponto que queria mencionar era a referência aos funcionários locais e aos funcionários da AFALADI. Aqui estamos discutindo algo que tem relação com os internacionais, não estamos discutindo algo que tenha relação com a AFALADI nem nada parecido, então me parecem totalmente fora de lugar certas considerações feitas pela Representação da Venezuela. No que diz respeito ao fato de que seja mencionado que há Representações que estão de acordo e outras que não, não me preocupa em absoluto. Estou de acordo e estive de acordo minha vida inteira com as transparências e a importância que de ter uma posição e defendê-la. Se se tem uma posição e se a defende honestamente, não importa quem está contra, ou que se saiba. Tenho orgulho de haver discrepado muitas vezes em minoria com Resoluções que se tomam e que se saiba que eu estive em minoria e que minha Representação esteve em minoria. Penso que é um dever mencionar exatamente o que se opina e defender o ponto de vista. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Uruguai. Ofereço a palavra ao Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (André Saboia Martins). Obrigado, Presidente. Queria deixar claro que não há, de parte de minha Delegação, a mais mínima intenção de abortar o consenso existente, construído tão arduamente. Nossa intenção é simplesmente apresentar, como bem assinalou o México, uma proposta modesta para aperfeiçoar o texto em um ponto que ficou pendente, como disse o Presidente do Comitê, em um ponto que nós consideramos importante, bem como consideramos que essa é a função do Comitê de Representantes. A essência de nosso comentário é que acreditamos ser conveniente tratar esta questão pendente agora e não esperar até março, pela conveniência em termos dos trabalhos desta Associação, nada mais, com vistas a gerar um ambiente melhor entre todos, que se dedicam a essas tarefas de integração latino-americana. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Sobre o tema que, lamentavelmente, foi aberto, nós queremos refletir o seguinte: primeiro, que o consenso, sob nossa perspectiva, da Comissão de Orçamento é uma questão que se tornou um tema delicado durante este último período do ano. E, em nossa opinião, devemos, de alguma maneira, preservar esse consenso.

Segundo, quando se fala de temas pendentes na Comissão de Orçamento, não estamos falando somente dos 5% aos funcionários internacionais, a respeito do que não há nenhuma objeção de nenhum país. Mas se acordou, depois de analisar o tema - porque se discutiu, não foi um tema não discutido- pospor a análise para o primeiro semestre do próximo ano. Mas esse não é, Presidente, o único tema que ficou pendente por falta de tempo e por falta de aprofundamento. Também ficou pendente a análise dos custos financeiros da imputação de custos financeiros aos membros, sendo que um grupo de Representações tem preocupações com a forma que se calcula. Além disso, está pendente, por falta de tempo, a análise do Fundo Capital de Giro e a criação do mesmo.

Na verdade, foram temas que não pudemos aprofundar na Comissão de Orçamento por Programas porque não pudemos ver seu impacto no orçamento. Quero refletir e manifestar nossa preocupação que, para tomar a decisão ou para sugerir ao Comitê de Representantes a decisão que se acaba de aprovar, de atender a necessidade de modificar os salários do quadro, a Comissão de Orçamento por Programas teve que fazer um grande esforço para encontrar fundos dentro do orçamento e dentro dos remanescentes para não afetar o orçamento do ano 2010 nem as quotas dos países.



No entendimento de um grupo de Representações, para analisar novas designações, de alguma maneira, teríamos que avaliar o impacto sobre o orçamento do que acabamos de aprovar. Não foi uma decisão intempestiva, não foi uma decisão irresponsável, de dizer "bem, é somente 5%, é um pouquinho, vamos dar". Ao menos no caso de minha Representação, como comentou a Representação do México, este tema foi trabalhado com muita responsabilidade, com muita seriedade, preservando as indicações da maioria de nossos países, de que as quotas não sejam incrementadas, e, ao mesmo tempo, atender as justas reclamações dos funcionários da Secretaria.

Em resumo, Presidente, quando se fala de consenso, fala-se de trabalho, e de trabalho árduo, que foi feito por essa Comissão de Orçamento, na qual todas as Representações estavam presentes. Nós não negamos a possibilidade de que o Comitê de Representantes, em qualquer momento que decidir, possa abrir um tema, mas esperamos francamente que, neste caso, abarque o consenso ao qual se chegou nessa Comissão. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. A Representação da Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Como aludido por meu amigo Rodríguez Gigena, tenho que dizer algumas coisinhas, interpretando-o, baseado no que ele mesmo disse sobre estar em minoria, etc., e, mesmo assim, diz o que pensa. Bem, eu digo o que penso, utilizando uma expressão latina: *ego sum, qui sum*, sou o que sou.

Estamos vendo o orçamento da Associação, e, no orçamento, é introduzido um elemento que atinge toda a Associação, os nacionais, os internacionais e os Grupos de Trabalho, todos. Isso é para todos. Então, não sei se fora de ordem, porque estou falando disso, e essa é minha opinião. Então é necessário respeitar as opiniões dos outros, eu respeito a opinião de todo o mundo e geralmente tento não aludir nem responder às opiniões dos outros, porque não acredito que isso seja o correto, mas, em todo caso, isso faz parte do respeito às opiniões dos demais.

Quero fazer constar o seguinte: no caso do esforço feito na Comissão de Orçamento por Programas, reunião após reunião, não havia possibilidades de consenso na comissão. Penso que aí é onde é necessário valorizar o trabalho do Presidente da Comissão. Depois de tantas reuniões, chegou-se a um consenso e, neste caso, como ocorreu no primeiro projeto aprovado, de forma imediata, porque este projeto não gerou nenhuma discussão e veio da Comissão, porque esse foi o produto do consenso, da mesma forma que isso, que eu pensava que chegaríamos a um acordo.

Em todo caso, quero dizer o seguinte: a proposta que está sendo feita, no caso da Representação Venezuelana, tem que ser consultada com Caracas, ou seja, não poderíamos aprovar isso. Eu o aprovo assim como está, como saiu da Comissão, sem problema nenhum e sob o compromisso, como dissemos, que no primeiro trimestre, na Comissão, esses pontos pendentes seriam discutidos. Neste momento, acompanhamos isso. Introduzir elementos novos aqui nos obriga a fazer uma consulta e, uma vez feita a mesma, será determinado se estamos ou não de acordo com essa proposta. Insisto em que isso foi uma situação apresentada aqui, que eu havia dito que não se apresentasse, no entanto foi apresentada e essa discussão foi gerada, penso que a mesma foi desnecessária porque era somente para aprovar o orçamento. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Quero referir-me a dois pontos. Um, que alguns conversaram, mas que não foi apresentado no Comitê. É a deterioração do dólar, que é uma verdade. Mas gostaria de saber quantos dos Embaixadores ou das Embaixadas tiveram seu salário aumentado. Poderia dizer-se que os impactos são diferentes porque os Embaixadores ganham mais. Eu poderia dizer “àquele que não sabe viver, o dinheiro não alcança”, e o mesmo impacto que têm os funcionários da AFALADI e os funcionários internacionais da ALADI, têm os Embaixadores. No caso do Equador, em dois anos e meio, nosso salário não subiu, nem dos Embaixadores, nem do pessoal da Embaixada. E comentamos isso com alguns Embaixadores, sorte daqueles que têm isso resolvido, mas o problema apresentado pela AFALADI e pelos senhores funcionários internacionais é um problema mundial, seria bom fazer uma greve contra os Estados Unidos, porque o problema vem de lá, seria bom que fosse feita uma greve mundial entre todos para que eles detivessem a deterioração da moeda.

Então, vejamos onde estão os inimigos, porque aqui pareceria que os inimigos são os países representados na ALADI, os maus que não querem dar mais dinheiro. Seria uma inconseqüência dos países, dos Embaixadores, seria uma mesquinhez, que subissem os salários de todos e fossem inconsequentes com os que estão abaixo, mas penso que isso não acontece. Aí seria um ato imoral, inconsequente, nós nos beneficiarmos e os outros não, mas isso não acontece, temos o mesmo direito da AFALADI, e não sei se nós propusemos alguma greve de fome a nossas Chancelarias, não ameaçamos com isso. Esse é um problema real, que os senhores da AFALADI e da sociedade em seu conjunto têm que ver. Para alguns, a queda do dólar é uma benção, mas para nós é uma maldição, e estamos com a metade dos recursos, e, há uns meses, estávamos com um quarto dos recursos do orçamento. Um quarto.

Tenho uma satisfação que quero levar comigo, e não quero fazer uma exceção. Nunca pedi instruções em momentos difíceis na ALADI, porque logo que eu cheguei aqui, foi-me dito para, em certos casos, consultar a Chancelaria. Eu teria sido o mais mudo dos Embaixadores aqui na ALADI, mas decidi ser responsável, assumir o papel de meu país e ver os limites do que meu país pode responder; e quando atuei neste caso foi com responsabilidade e com compromisso para com meu país, e o restante não me importa tanto, não me julguem mal, minha intenção não é parecer ser ruim, então, penso que, oxalá, no futuro, e graças a esta disposição que, pela primeira vez, a ALADI assume, se bem me lembro em 30 anos, e esse é um mérito da Comissão de Orçamento, agora é um mérito deste Comitê o que foi aprovado há um momento e que não foi feito em 30 anos.

Quero mencionar mais um ponto antes de deixar de falar, logo descansarão de mim. O Artigo Terceiro do que aprovamos há um momento diz algo muito sábio, muito grande: “Desenhar e pôr em prática uma política salarial e de recursos humanos que contemple a seleção, capacitação e aperfeiçoamento do pessoal...” Depois de haver lido e centrado esta discussão, eu o teria corrigido, porque penso que -teria, mas não estou propondo isso- nesse artigo devem ser considerados os incentivos e os estímulos aos membros da ALADI; senhor Presidente da Comissão de Orçamento, penso ser necessário haver dois itens, um aumento geral e este produto da avaliação do trabalho de cada um dos funcionários nacionais e internacionais da ALADI. Aí seria necessária a outorga de uma prêmio anual, como 10%, mas somente de prêmio por esse ano, e a outros nada, como diria algum Embaixador que não quero mencionar, alguns deveriam devolver parte de seu salário mensal por não o haver merecido, por não haver suado a camiseta, por não haver merecido o salário e a função que têm.

Então, penso que esse terceiro tem que ser de incentivos, como uma conquista permanente, porque, do contrário, estamos nos burocratizando, porque os funcionários

internacionais são desiguais, como são os seres humanos, e há pessoas que mereceriam ganhar o dobro, não 5% mas 10% e mais, e outros mereceriam perder o salário por não haver trabalhado, por não haver estado à altura dos salários, mas isso não pode ser feito, o que se pode fazer é incentivar ou não.

Em alguns países, há um erro muito grande, penso que começará a ser corrigido em meu país. Em alguns países do mundo socialista, caiu-se nesse erro, é erro, vírgula, horror. Ser fracos nos incentivos, como se a pessoa tivesse merecido, como se tivesse tido um desempenho extraordinário e não o teve, e mesmo assim recebe o aumento. Penso que é necessário haver, no futuro, na ALADI, uma comissão responsável que avalie o trabalho, que premie e estimule, e este resolve terceiro não deve ser permanente, é uma conquista, porque se capacitamos, se avaliamos, é para ver o desempenho real, individual, como algumas vezes propôs o Embaixador da Bolívia.

Então, proponho este novo capítulo quando analisarmos no futuro, porque não está contemplado o estímulo individual ao trabalho de cada um, e essa é uma necessidade da humanidade de nossos países. Brinco e com isso termino, há pessoas que não precisam ir à missa e pedir para ir ao céu, porque têm um lugar que pensam que é eterno, e, portanto, a única coisa a fazer é esperar que termine o mês para receber seu salário. Essas pessoas prejudicam as instituições, os países e a humanidade, quando cada dia há maior escassez de recursos e necessidades muito grandes.

Penso que a vantagem desta reunião é que permitiu dizer estas coisas, pelo menos para mim. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. A Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, Presidente. Primeiro, minha Representação sempre estará de acordo em melhorar a situação, sobretudo de nossos funcionários internacionais. Nós participamos para que eles estivessem neste país, nesta Organização, para melhorar as condições e a solucionar todos os problemas que temos e ser parte da integração, do sonho de Bolívar, do sonho de Artigas. Sem dúvidas, não precisamos ser especialistas para nos darmos conta das curvas de apreciação das moedas latino-americanas em todos os países, com exceção, penso, da Argentina, e os prognósticos de grandes economistas dizem que, no ano que vem, a situação será muito mais complicada, estão falando que os Estados Unidos necessitam novamente de 700 bilhões de dólares para tapar todos os buracos que têm.

Quando nós dizemos que, se nossos países passam de 100% do PIB de endividamento, estão em uma situação difícil, eles têm um endividamento de 1% do PIB mundial, ou seja, que a situação é catastrófica, e o dólar não é mais que um papel de jornal cortado e, em algum momento, terá que mostrar, um país que gasta 57% de seu orçamento em armamentos, Deus me livre, não sei como seríamos se gastássemos 57% em pistolas e metralhadoras em nossas casas para custodiar-nos ou para roubar o vizinho, não sei para que será, porque, na realidade, não se sabe para que se gasta tanto dinheiro, 57% é uma barbaridade, isso deveria estar destinado à paz e à não contaminação do mundo, do aquecimento da terra, da não destruição da humanidade.

Ou seja, temos que estar conscientes que este problema acontecerá novamente no próximo ano, haverá uma diminuição, pelo menos de 13 ou 14% dos ingressos em dólares, e sou partidário que façamos o sindicato de diplomatas e Embaixadores porque irá nos afetar de uma maneira incrível, não sei como se chamará, AFA, mas será necessário procurar um nome aqui, somos especialistas, todos fomos meio sindicalistas em nossa

época, penso que não haverá problemas para fazer o sindicato, penso que o Embaixador da Venezuela tem experiência nesse tema e pode colaborar. Isso por um lado.

Depois, penso que ontem ou anteontem saiu no Brecha o tema da administração por objetivos de Pepe Mujica, o modelo kiwi, será pela fruta, não sei, mas é o modelo neozelandês, que não pode ser que mudemos a lógica da administração, por tempo, por esquentar a cadeira, e que haja uma administração por objetivos, na qual, obviamente, algumas pessoas deveriam ganhar muitíssimo dinheiro e outros deveriam ganhar pouco. Penso que há pessoas que ganham 10.000 ou 20.000 dólares e que são mal pagas, mas há outras que recebem 100 dólares que são exageradamente bem pagas, porque se os resultados desses 100 é nada, é preferível não tê-lo, pelas despesas com a luz elétrica, café, chá, tudo o que gastamos, então é necessário fazer uma avaliação, primeiro, das capacidades, da contribuição, do *feeling* que eles têm, se são integracionistas na realidade, se têm interesse na integração, não sei, poderíamos ver isso. Será necessário buscar, aqui temos a Embaixadora do Panamá, que é psicóloga, e ela nos ajudará a fazer uma análise do pessoal. É necessário buscar psicólogos trabalhistas, fazer uma avaliação do pessoal, e não estamos contra. Penso que isso deveria ter sido tratado em um ambiente que não era este. Não pode ser que a parte executiva e a parte trabalhista estejam no mesmo lugar, decidir uma coisa tão sensível na qual se pode trazer certa sensação de mal-estar para os que pensam diferente ou para os que pensam, talvez pensamos até em dar melhores salários, mas com uma lógica diferente. Então, são colocados como meninos maus aqueles que querem que se toque... Não é o ambiente adequado, penso que isso, como disse o Embaixador da Venezuela, é em outro ambiente, além disso, se os senhores estiveram na Comissão, por que não se trouxe na Resolução, por que trazer aqui, se foram gastas horas e horas em um tema, por que trazer novamente algo que não havia sido incorporado, que não havia consenso? Não entendo. Penso que isso, em meu país, chama-se "felino cativo". Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. O Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Lamento tomar o tempo de todos, uma vez mais, usualmente sou bastante parco nesse tipo de situação.

Penso que há outro mal entendido, que é o seguinte: não me parece muito atinada a sugestão do Embaixador da Bolívia, para que os internacionais façam um sindicato, e vou explicar por quê. Dificilmente poderiam fazer um sindicato porque é muito difícil falar com doze chefes, teria que haver aqui um sindicato em cada Embaixada para falar com seus próprios chefes, que são os governos de seus países. Já se aludiu à perda do poder aquisitivo dos Embaixadores e das Embaixadas, deixemos de lado totalmente os salários dos Embaixadores que, usualmente, permite esse tipo de sacrifício pedido por seus países, mas pensemos nos demais, nos demais funcionários das Embaixadas que normalmente não têm os salários dos Embaixadores, e me parece que aí, o que corresponde pensar é que isso depende das remunerações que os países decidirem dar a seus funcionários no exterior, e se os países decidem dar uma remuneração que não acompanha o poder aquisitivo dos lugares onde desempenham suas funções, é problema dos países e é problema dos funcionários das Embaixadas com seus próprios países. Os chefes dos funcionários da AFALADI somos nós e a nós os funcionários da AFALADI estavam pedindo aumento de salários e ajustes em suas remunerações.

Então, nós não temos por que guiar-nos pela maneira com que os países remuneram seus funcionários. Seria o mesmo que dizer que, em uma fábrica que está ao lado da outra, se os empregados de uma fábrica não conseguem aumentos de salários por x motivo,

porque a fábrica está em crise, porque os donos não querem, pelo motivo que se quiser pensar, isso não quer dizer que os funcionários de outra fábrica não tenham direito a agremiar-se e a pedir aumentos para seus salários se seu poder aquisitivo está sendo deteriorado. São raciocínios falazes, pensar que os funcionários não têm direito a defender seus salários. Neste país, meu Governo deu aumentos acima dos processos inflacionários, em todos os anos em que exerceu o poder, e não é um problema de escassez de recursos, no mundo não há escassez de recursos, há recursos suficientes e em excesso, eles são mal utilizados, se os recursos usados para resgatar as bancas tivessem sido usados para eliminar a fome na África, certamente teriam tido muito efeito em eliminar as más condições de vida dos africanos, que são as piores condições de vida que podem ser suportadas por um ser humano.

Então, não é que haja escassez de recursos, e não necessariamente há escassez de recursos em nossos países. Nosso país soube dar aumentos de salários. Graças a esses aumentos de salários, o Uruguai é o único país da América Latina que não teve recessão, que somente diminuiu sua produção um semestre, porque repartiu, porque criou poder aquisitivo para as grandes maiorias do país. Isso quer dizer que é possível ser justo e aceitar as reivindicações pedidas pelos funcionários quando sua renda está se deteriorando. Então, temos que saber bem quem são os responsáveis e a quem temos que fazer nossas reclamações. Penso que na reclamação feita havia sido bem contemplado e há uma Resolução de aumentos de salários que foi objeto de consenso, votada e tomada a Resolução. O demais, trazido ao debate, parece-me totalmente fora do lugar com relação à generalidade dos funcionários da AFALADI. Isto é uma reivindicação legítima e bem pedida por parte dos funcionários. Nada mais, senhor Embaixador.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. A Representação do Peru, por favor.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Brevemente, senhor Presidente. Penso que há um consenso na generalidade de Representações de que este tema é justo. Há consciência que os funcionários internacionais precisam de um incremento, agora o tema é: o que não estou em capacidade de prever é quanto terá que... o medo da Representação peruana é, caso se posponha esta decisão para março, digo primeiro trimestre, se isso novamente será prorrogado.

Penso que, como explicado pelo Embaixador da Bolívia, o tema do dólar irá piorar, ao menos no ano que vem, ou seja, para que dilatar mais uma decisão que pode ser tomada agora. Dentro do princípio de que nada está aprovado até que se aprove, é perfeitamente cabível poder discutir e debater a questão agora. Sei que há algumas Representações que têm alguma limitação sobre este tema, mas é apelar à projeção das Representações com vistas a aprovar um assunto que, por justiça, corresponde. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. Há um ponto que penso que não se discute: vamos ter que aprovar o orçamento nesta sessão, porque não há alternativa, é a última reunião do Comitê de Representantes deste ano, então temos que aprovar de todas as maneiras hoje.

São seis países que se pronunciaram e estariam a favor de aumentar de 15 a 20% o conceito para moradia e quatro países que estão contra, os que estão a favor são México, Uruguai, Peru, Colômbia, Peru e Brasil e os que estão contra são Cuba, Equador, Venezuela e Bolívia. Faltariam os pronunciamento da Argentina e do Chile. Não é nenhuma votação, mas temos esta situação, portanto, não é como disse, não há consenso, há discordância a respeito disso. São quatro países contra e seis países a favor.

A Representação da Argentina pediu a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Simplesmente para dizer que também estamos a favor.

PRESIDENTE. Obrigado. Então são sete países a favor do aumento do conceito para moradia, com a Argentina, e quatro países contra.

Passo a palavra à Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Para uma correção. No caso da Venezuela, nós estamos de acordo em aprovar este documento de consenso que saiu da Comissão, mediante o qual se acordou que, no primeiro trimestre do próximo ano, discutiríamos o ponto que está sendo discutido.

Então, quero corrigir isso, porque não é estar contra, por favor. É necessário manejar bem as coisas, não é contra, mas sim a favor do documento que saiu do consenso, que custou muitas horas de trabalho aos funcionários das Representações para poder aprovar este documento. Obrigado.

PRESIDENTE. Isso está claríssimo. Eu disse que a Venezuela está contra aumentar o conceito de moradia, isso era um ponto pendente, como disse o Presidente da Comissão de Orçamento. O Brasil e outras sete Representações querem agora reabrir, não o consenso, mas o ponto pendente, estando de acordo em aumentar o conceito de moradia e quatro outros países, e se a Venezuela não quer se declarar contra, são três países que estão contra. Não sei qual a posição da Venezuela, porque é como aprovar o orçamento como veio da Comissão de Orçamento, isso está claro, mas o tema foi reaberto no Comitê, e é direito do Comitê abrir qualquer ponto que venha do nível técnico, qualquer ponto, isso está claríssimo, não há como discutir isso, então foi reaberta a questão, disse o Presidente da Comissão de Orçamento por Programas, que é um ponto pendente e, além disso, o tema foi discutido aqui.

Se isso está sendo discutido, a Venezuela tem que dar o direito de haver uma decisão a esse respeito. Então, três estão contra, a Venezuela está a favor de aprovar como está o orçamento, como veio da Comissão, mas sete Representações não estão de acordo em aprovar, estava pendente e estão aqui discutindo o que se faz, se aumentamos ou não. Por favor, Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Presidente, nós voltamos a lamentar que se recorra a este procedimento depois de um trabalho tão lindo que fizemos na Comissão de Orçamento por Programas, pois, na prática, está constituindo uma votação.

Nós queremos precisar que meu país não está contra aumentar o conceito por moradia. Nós consideramos que é irresponsável fazê-lo sem uma análise do impacto que terá no orçamento e sobre o comportamento da medida que acabamos de adotar, portanto nós pedimos que conste que meu país não está contra a análise, estamos a favor do consenso ao qual se chegou na Comissão de Orçamento, conforme o qual essa comissão irá analisar, no primeiro semestre de 2010, o tratamento a ser dado aos salários ou ao pessoal internacional.

Em relação à prorrogação dessa análise, consideramos que é uma avaliação, é uma análise que está pendente, como está pendente o cálculo dos custos financeiros dos países e o tratamento do Fundo de Capital de Giro. Ou seja, são temas que não foram suficientemente analisados pela Comissão, profundamente analisados pela Comissão, e

estamos em total disposição de trabalhar nisso o tempo que for necessário durante o próximo ano. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. A Venezuela, por favor

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Presidente, para ver se entendi a proposta, talvez seja um problema meu, que não consigo entender, ou é um problema do espanhol.

No orçamento, diz moradia 15% mensal sobre o salário base, então, com isso estamos de acordo. Entendi que se está propondo que, em vez de dizer 15, diga 20%, sim? Essa é a proposta do Brasil que está acompanhada pela quantidade mencionada pelo senhor de países. Nós não estamos contra esse 15%, e também não estamos contra analisar, como acordou a Comissão, essa questão no momento em que foi acordado. Agora, se o senhor quer utilizar o contra, posso deixar para que o utilize neste momento, quando se propõe aumentar isso para 20%. A Venezuela, então, está contra neste momento. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Pelo visto, a Venezuela está contra, neste momento, porque há 7 outros países que estão a favor de aumentar agora, no Comitê de Representantes, de 15 a 20%. Falando sério, perdemos uma hora e meia por uma besteira, como disse o próprio Embaixador do Equador, o que é nada mais que justo, estamos aqui para valorizar um organismo multilateral, o único grande organismo latino-americano que temos aqui. Se não valorizamos nossos funcionários internacionais, se nós não o fazemos, como disse o Uruguai, quem irá fazê-lo? Penso que aumentar uma moradia de 15 para 20% é o mínimo, 20% de moradia não é nada, tem um impacto de 20.000 dólares para toda a organização, para todos nós aqui. Não acredito que mereça que estejamos perdendo uma hora e meia aqui no Comitê para discutir uma coisa tão pequena como esta, penso que recusar um pedido de aumento feito pela Secretaria, pelo Secretário-Geral, de 5% como maneira de dar uma espécie de estímulo para os funcionários internacionais, estou de acordo com tudo o que disse a Venezuela e também o México sobre a atitude e sobre a postura da AFALADI, de haver mandado as cartas para as residências, estou totalmente de acordo, mas não estamos falando disso, estamos falando dos internacionais, é diferente. Penso que poderíamos tomar uma decisão agora de aumentar de 15 para 20 e dar um estímulo para os funcionários internacionais.

Há outros pontos pendentes, como disse o Presidente da Comissão de Orçamento, a questão das provisões de cargo, reclassificações de cargo, isso sim poderíamos deixar para o primeiro trimestre, discutiríamos isso melhor, ainda não temos uma noção muito clara de como será a estrutura e quais são as vagas. Também penso que não podemos engessar totalmente o Secretário-Geral e não permitir que ele preencha pelo menos alguns dos postos mais importantes que estejam vagos, mas podemos, o mais rápido possível, a partir de 2010, discutir isso na Comissão de Orçamento ou onde for, mas acho que dar 5% mais para moradia, com um impacto mínimo, poderíamos decidir agora. São sete países que assim o desejam, que julgam isso necessário, e quatro que não concordam, que têm dúvidas, ou pensam que essa discussão deveria ser deixada para março do ano que vem.

Pergunto se podemos encerrar este projeto de Resolução com um aumento de 5%. Passo a palavra a Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Presidente, não sei se fazer uma votação, mesmo que seja da maneira como o senhor, amavelmente ...

PRESIDENTE. Eu não propus votação.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Bem, está fazendo um cálculo que, praticamente, é uma votação. No nosso ponto de vista, como manifestamos na Comissão de Orçamento, esse é um tema delicado, trata-se das contribuições de nossos países, e esse tema afeta todos os países que estão em dia, que fazem o esforço para contribuir com sua quota, para planificar as atividades, para que as atividades fundamentais desse orçamento sejam atividades dirigidas à integração, a trazer funcionários de nossas capitais para que discutam aqui, negociem aqui, que se encontrem, para fomentar a integração a partir desse encontro. Não sei se o melhor método será decidir por uma maioria quando há países que estão em iguais condições que o resto, do ponto de vista de sua contribuição para a Associação. Não sei se seria o melhor método, Presidente.

Há um compromisso da Comissão de Orçamento por Programas de atender o tema, não é o único tema, repito, há 10 anos a Associação não assume dívidas, ou seja, não se endivida e, no entanto, continuamos pagando custos financeiros por dívidas que foram mantidas no tempo. Além disso, não acredito que este tema não possa esperar. Penso que os países que querem ver o impacto que terá poderão ter a oportunidade de fazê-lo, Presidente. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Sabemos da posição de quase todos, faltaria o Chile manifestar-se sobre isso. Eu nunca estive a favor de uma votação, o que me preocupa, e submeto à consideração da Sala, como Presidente do Comitê, é que temos que votar hoje ou temos que aprovar hoje o orçamento da Associação. Este projeto de Resolução tem que ser aprovado de qualquer maneira, e são sete países que preferem definir agora um aumento do conceito moradia e, volto a dizer, que quatro que preferem, não digo que estão contra, mas preferem não definir agora a questão do aumento da moradia e aprovar o orçamento tal qual está.

Submeto à consideração das Representações o que podemos fazer. Tem a palavra a Representação da Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Obrigada, senhor Presidente. Submeter à votação para descartar as dúvidas e saber se é possível ou não aprovar.

PRESIDENTE. A Colômbia sugere uma votação. O Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Brevemente. Não tenho certeza de quantos internacionais são, se fossem 10, a 15%, o aumento não seria de 20.000, mas de 72.000. De 4.000, 15% é 600, por 10 são 6.000, por 12 são 72.000.

PRESIDENTE. Embaixador, vou pedir, então, ao Secretário-Geral que nos explique isso. Pelo que entendo, não estão incluídos entre os internacionais nem o Secretário-Geral, nem os dois Subsecretários, são os outros internacionais, mas, de todas as maneiras, vamos perguntar para que o Secretário-Geral nos esclareça isso, porque eu também gostaria de saber. É uma boa pergunta. Por favor, Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Em primeiro lugar, não estão incluídos o Secretário-Geral nem os dois Subsecretários. O Brasil falou de aproximadamente 20.000 dólares, com todos os funcionários internacionais atingiria um total de 24.000 dólares, não entendo o raciocínio, Embaixador.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado. Trata-se do seguinte, Embaixador. Já estão previstos nos orçamentos anteriores 15% desse conceito. Já está contemplada a quantia de, na versão atual do orçamento, 15% de 4.000 dólares,



são 600 dólares, que é a quantia que os internacionais já têm, então o que estamos propondo é aumentar de 15 a 20%, ou seja, de 600 a 800 dólares, ou seja, mais 200 dólares por mês para cada um destes funcionários, e aí se somam os 24.000 dólares.

PRESIDENTE. O Secretário-Geral pediu a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Era o mesmo, que aumentava de 600 a 800 dólares por funcionário internacional.

PRESIDENTE. Alguém mais gostaria de pedir a palavra? O Chile, por favor.

Representação do CHILE (Andrés Rebolledo Smitmans). Obrigado, Presidente. Na verdade, quero desculpar-me pelo silêncio, mas, sinceramente, eu pensei que a modalidade iria ser diferente. Não me parecia, a um princípio e a priori, que íamos chegar a este cenário, onde, de alguma maneira, iria se expressar uma correlação de forças e isso, finalmente, significaria uma votação. Aqui há temas de forma e de fundo.

Sinceramente, parecia lógico fazer isso por consenso de verdade, onde todos estivéssemos de acordo, e, nesse sentido, quero declarar o seguinte, para deixar o registro e para que possa servir à modalidade de trabalho algumas coisas.

Em termos de forma, estamos de acordo com que o Comitê de Representantes pode abrir, em todo momento, todos e cada um dos temas, para isso estamos aqui. Também gostaria de dizer que não me parece que o Comitê de Representantes deva gastar duas horas neste tipo de discussões, mas nisso estamos. Mas também me parece que é necessário um ato de realismo e um exercício de praticidade. Deve-ser ler as coisas e a realidade, e se, na comissão técnica de orçamento, não houve um consenso, trazer o tema aqui, efetivamente, era arriscar que acontecesse o que está acontecendo, portanto, poderia se ter proposto diretamente que esta é a solução, e vamos e votamos. Teríamos evitado uma hora, mas bem, sendo assim, e mais como um desafogo que outra coisa, no que se refere ao fundo da situação, nós gostaríamos de dizer, como Representação, que estamos de acordo em aumentar para 20%. Obrigado.

PRESIDENTE. Alguma observação mais? Faço um apelo àquelas Representações que ainda têm dúvidas sobre o aumento do conceito de moradia para aprovar este orçamento em consenso. Teríamos, de todas as maneiras, a necessidade de ter a Comissão de Orçamento reunindo-se no primeiro trimestre para tratar a questão das vagas e a questão da disponibilidade do Secretário-Geral de dispor dos cargos da Secretaria.

Pergunto se podemos aprovar —é um apelo que faço buscando o consenso, como diz a Venezuela— em consenso este projeto de Resolução sobre o orçamento com a única modificação do artigo quarto, que diz 15% mensal sobre o salário base, 20% mensal. Dou a palavra à Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Sem prejuízo do que o senhor acaba de expressar, permito-me sugerir o seguinte: levando em conta que já adotamos o compromisso na Comissão de Orçamento, penso que um curso de ação que poderia satisfazer a todos é que o Comitê instrua a Comissão a que se volte a esta questão o antes possível, não no primeiro semestre, mas sim antes de 15 de fevereiro, por exemplo. E, caso chegemos a um consenso sobre este incremento por moradia, ele seja outorgado retroativamente a 1º de janeiro, e agora, hoje, aprovamos o orçamento tal como foi apresentado. Deixamos esta questão pendente.

Tenho certeza que vamos chegar a um entendimento e os funcionários não serão prejudicados, porque podemos outorgar o aumento por moradia retroativo a janeiro. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Pelos pedidos imediatos e avassaladores das Representações, vejo que a proposta da Argentina teve alguma receptividade. O Chile, por favor.

Representação do CHILE (Andrés Rebolledo Smitmans). Muito brevemente, Presidente. Simplesmente reforçando o raciocínio anterior. Se já forçamos as coisas e chegamos a este ponto, parece-me que não tem sentido esperar, esta é a última reunião. Consequentemente, se vamos fazer um exercício deste tipo, a Representação do Chile não estaria de acordo com sua proposta e gostaria de tomar uma decisão agora sobre este tema. Reafirmamos novamente que estamos dispostos a votar os 20%.

PRESIDENTE. Bem, errei em relação ao Chile. Cuba, por favor. Vamos ver se equivoquei-me sobre Cuba.

Representação de CUBA (Mima Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. De forma contrária ao manifestado pelo Chile, nós aproveitamos para felicitar novamente o Presidente da Comissão de Orçamento por encontrar uma solução, por isso se diferenciou em nossas reuniões. Estamos totalmente de acordo com essa proposta de analisar o tema antes de 15 de fevereiro e aplicar o aumento em caráter retroativo se a análise for favorável. Obrigada.

PRESIDENTE. O México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Obrigado, Presidente. Eu quero lembrar que, quando fiz minha intervenção pela primeira vez, disse que o México acompanhava o consenso, e que o México, *per se*, não tinha nenhum problema com o incremento de 15 a 20, mas também disse que apoiava o que havia dito meu colega da Venezuela, no que diz respeito que quem quis forçar aqui uma mudança de um consenso, que levou semanas a ser alcançado, gerou justamente esta discussão e a muito inaceitável situação de colocar algumas Representações contra a parede. Isso me parece muito lamentável, dizer "vote", "vai ficar em minoria" e "vamos forçar porque ficaste em minoria", isso é o que eu disse que lamentava e nisso estive muito de acordo com meu colega da Venezuela.

Apoio, com entusiasmo, a proposta de Daniel, que foi, em todo o momento, responsável para com a Instituição e com o pessoal, com uma saída muito correta, no meu ponto de vista, muito lógica. O México concorda plenamente com a proposta. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. O Peru, por favor.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). O Peru, se há consenso para a votação, votaremos de acordo com o manifestado anteriormente. Agora, senhor Presidente, parece-me que a proposta da Argentina é uma proposta razoável, não penso que seja prudente forçar uma votação. Penso que há Representações que expuseram com sinceridade e transparência seus pontos de vista, e a proposta do Presidente da Comissão é bastante razoável. Fevereiro é agora, não acredito que seja prudente, senhor, por respeito também às demais Representações que contribuíram de maneira esforçada com este orçamento, forçar uma votação neste momento. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Bem, agora eu quero manifestar que estou absolutamente de acordo com o que disse o Embaixador do México, e queria acrescentar duas questões.

Primeiro, penso que foi a Representação de Cuba, quando disse “estamos tratando o orçamento”, que se elabora com base nas contribuições de cada um dos países, por isso o esforço quando se apresentam situações como estas. Tem que ser realizada uma tarefa muito mais pedagógica, árdua, entendendo quando há diferenças deste tipo, que é necessário fazer os máximos esforços possíveis por parte de todos.

Com todo o respeito ao Presidente do Comitê, penso que é sua última sessão como Presidente -vamos ter que fazer sua despedida, dar sua lembrança- quero dizer-lhe, com todo o respeito, realmente, porque, como o Regis sabe, eu gosto muito dele, mas isso que o Representante da Argentina disse é o que devia haver dito a Presidência. Penso que essa era a saída, Regis, Presidente, porque isso é buscar o consenso, o outro é o que disse o Embaixador do México, tratar de impor uma situação que não é conveniente. Não é conveniente para ninguém, porque esta não é a primeira nem a última discussão que vamos fazer, onde vamos ter que tomar decisões, etc. Penso que os Presidentes dos Comitês, como disse em uma oportunidade, têm seu coração, seu coraçãozinho, etc., mas devem fazer o esforço máximo para conseguir o consenso. Eu, quando o Representante da Argentina disse isso, disse, “bem, isso deveria ter sido dito pelo Presidente do Comitê”.

Finalmente, gostaria de agradecer ao Representante da Argentina, porque, para nós, seria uma fórmula absolutamente aceitável, sobretudo porque permite que não estejamos falando dos que estão a favor, nem dos que estão contra, mas precisamente pensando como Instituição, como ALADI. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Gostaria de dizer ao Embaixador da Venezuela que eu não posso, como Presidente do Comitê, aceitar que me diga como eu devo agir. Eu ajo e essa é minha maneira de ser, e agirei e continuarei agindo como Presidente do Comitê e como Chefe de Delegação da maneira que eu penso ser a melhor maneira de agir. Eu não posso aceitar isso: que nenhuma Representação me diga como devo agir como Presidente do Comitê, primeiro.

Segundo, mesmo que eu estivesse tentado buscar o consenso a partir da proposta da Argentina, o Chile está contra, então não seria uma boa solução. O Chile foi muito enfático em dizer que não aceita a posição e a proposta da Argentina. Então peço à Representação da Venezuela que não me diga como devo agir como Presidente do Comitê, eu não aceito isso de nenhuma Representação. A Representação do Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Somente para dizer que agradeço ao Daniel a sugestão feita. Estamos de acordo com essa proposta, porque me parece o mais lógico, ou seja, o que quer o mais também quer o menos, e, neste caso, o menos, em caso de sair afirmativo, não teria nenhum efeito contrário ao que se está propondo para resolver agora. Ou seja, se nos colocamos de acordo em 15 de fevereiro eventualmente -se nos colocamos de acordo- em alterar esta quantia, o efeito será o mesmo que se fosse aumentado. Então, eu realmente agradeço muito a sugestão da Argentina.

PRESIDENTE. Não entendi, Uruguai. O Uruguai está a favor da proposta de Daniel? Sim.

Então, a Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, Presidente. Também estamos de acordo com a ideia de Daniel, é uma posição bastante racional e destrava tudo isso a que não devíamos haver chegado. Estou também de acordo com a posição do México, compartilho a posição e penso que tem toda a razão em haver mencionado que não devíamos haver chegado nisso. Obrigado.

PRESIDENTE. Bem, o Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (André Saboia Martins). Bem, minha Delegação pensa que estamos avançando em um consenso de qualidade superior ao anterior. Penso que as soluções apresentadas nos indicam essa direção. Para nós, que, desde o início, deixamos bastante claro que reconhecemos os esforços do trabalho da Comissão de Orçamento, o consenso construído arduamente aí, as soluções apresentadas são satisfatórias. Nós preferimos aprovar o incremento de 20%, não sabemos como a proposta Argentina operaria isso, se efetivamente há um consenso entre as Representações. Queria, simplesmente, que esse tema fosse esclarecido antes de finalizar esta discussão.

PRESIDENTE. Pediria à Argentina, o autor da proposta, um texto escrito para que se possa apresentar aqui no Comitê. Imagino que se acrescentaria uma nota aqui no Artigo Quarto ou ao princípio do projeto de Resolução.

A Argentina poderia dar uma sugestão sobre isso, inclusive como Presidente da Comissão de Orçamento.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente, obrigado. Eu me inclinaria por uma instrução do Comitê à Comissão do Orçamento, que pode ficar em ata, na qual claramente o Comitê indique que a Comissão deve considerar este assunto, analisar a conveniência e possibilidade de aumentar o conceito por moradia para os funcionários internacionais, de 15% a 20%, e que submeta o resultado dessa deliberação à consideração do Comitê o mais tardar 15 de fevereiro.

PRESIDENTE. Estamos de acordo com a proposta? Todos estão de acordo? Então, consta em ata o texto tal qual dito pela Argentina, e, com isso, podemos aprovar o Projeto de Resolução sobre o Orçamento por Programas, com o número 358<sup>1</sup>.

6. Convocatória para a Reunião da Comissão de Coordenação (ALADI/C.EC//Resolução 19), prevista no Artigo 13 do Regulamento da Conferência (ALADI/C.EC//Resolução 69 (XV) Artigo segundo)

... Passamos, então, ao sexto ponto da agenda, que é a Convocatória para a reunião da Comissão de Coordenação. Há um Projeto de Resolução de Convocatórias da Comissão de Coordenação com opções de datas aí mencionadas, 17 ou 24 de março. Vamos distribuir o texto e, entre colchetes, estão as data de 17 e 24 de março. Pergunto se podemos decidir agora a data.

A Representação de Cuba, por favor.

---

<sup>1</sup> Em anexo, a mencionada Resolução.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Somente uma precisão, se está pensando que a reunião da Comissão de Coordenação seja de um dia ou de dois? Porque aparece uma só data e não sei se isso ficou, de alguma maneira, resolvido no Comitê anterior. Obrigada.

PRESIDENTE. Entendo que a Comissão de Coordenação não terá uma reunião. É uma Comissão virtual de Coordenação, e ela, sim, se reunirá um dia ou algo assim. Não haverá uma reunião formal, o objetivo é que a Comissão de Coordenação possa convocar as subcomissões. Esse é meu entendimento.

A questão seria formalizar a Comissão de Coordenação no dia 17 ou 24. Pergunto se podemos marcar para o dia 17. O Uruguai diz que sim, a Bolívia diz que sim também, o Brasil também. Podemos então definir o dia 17 para a Comissão de Coordenação? Estamos de acordo?

Então, aprovado o Projeto de Resolução para o dia 17, com o número 359, por favor.

O próximo ponto da agenda. O Peru tem dúvidas e pede a palavra. Ofereço a palavra.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Embaixador, nós estamos vendo pela primeira vez este Projeto de Resolução para a convocatória da Comissão de Coordenação. Na verdade, seria melhor se soubéssemos dessas datas alternativas com antecedência. Na verdade, nós temos que consultar este tema, porque a esta situação tem que vir o Diretor Geral de Negociações Internacionais do Peru, e, geralmente, estas pessoas têm agendas muito ocupadas. Não é possível pospor esta aprovação, senhor Presidente?

PRESIDENTE. Peru, queria dizer que, na última reunião do Comitê, foram definidas justamente essas duas datas como alternativas para a Comissão de Coordenação. Foi a última reunião, do dia 2 de dezembro.

Pergunto se podemos, então, aprovar o dia 17. Obrigado, Peru. Então, aprovada a Resolução 359.

#### "RESOLUÇÃO 359

#### CONVOCATÓRIA DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO PRIMEIRO PERÍODO DE SESSÕES ORDINÁRIAS DA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO E CONVERGÊNCIA

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 33, 34 e 35 letra d) do Tratado de Montevideu 1980 e as Resoluções 18 (I) e 19 (I) da Conferência de Avaliação e Convergência.

CONSIDERANDO Que a Comissão de Coordenação foi constituída mediante o Artigo 2 da Resolução 19 (I) da Conferência de Avaliação e Convergência, aprovada na Primeira Sessão Plenária, celebrada nos dias 1-2 de outubro de 2009; e

Que de acordo com o disposto pelo Artigo 2º da mencionada Resolução 19 (I), a Comissão de Coordenação será convocada por meio do Comitê de Representantes, durante o primeiro trimestre do ano 2010,

RESOLVE:

Convocar a Comissão de Coordenação para o dia 17 de março de 2010, na sede da Associação, a fim de continuar analisando os temas da agenda do Primeiro Período de Sessões Ordinárias da Conferência.”

7. Plano de Ação priorizado para o tratamento dos temas sociais na Associação (ALADI/CM/Resolução 69 (XV) Artigo Segundo)

...Em seguida, passamos ao ponto 7 da agenda, que é o plano de ação priorizado para o tratamento dos temas sociais na Associação. Foi elaborado sob a Presidência da Venezuela um plano de ação priorizado. Pergunto se a Venezuela quer fazer alguma manifestação sobre o plano de ação ou a apresentação do plano de ação.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Se o senhor me permite.

PRESIDENTE. Por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Bem, como discutimos já por duas horas, eu tenho uma “chuleta” aqui -como dizemos na Venezuela- que me prepararam, mas a “chuletica” está meio longa e irei mencionar somente o mais importante.

Após a criação do Grupo de Trabalho, em junho deste ano, realizamos onze reuniões. Em julho, foi possível concretizar a reunião de Ministros da Área Social, por decisão do Grupo, a proposta de plano de ação foi organizada tendo como referência os lineamentos da Resolução 69 (XV), foram identificados objetivos específicos de acordo com cada lineamento, atividades e um cronograma de execução que contempla dois anos. A última reunião foi realizada no dia 24 de novembro, e hoje submetemos à consideração do Comitê de Representantes uma proposta de plano de ação priorizada.

Quero informar que a Delegação do Brasil deixou para a consideração do Comitê de Representantes um dos objetivos específicos da proposta, que expressa: “Promover a cooperação em matéria sanitária, fitossanitária e regulamentos técnicos para apoiar os países, em especial os PMDERs, no aproveitamento das oportunidades comerciais derivadas dos acordos assinados no âmbito da ALADI”.

Esse é o lineamento, então, na discussão do Grupo de Trabalho, a maioria dos países opinou que esta atividade devia ser derivada a outro Grupo de Trabalho, especificamente ao dos PMDERs, e não permanecer no âmbito da dimensão social. Ante isso, foi submetida à consulta informal das Representações a seguinte atividade proposta pela Delegação do Brasil, cito: “Reunião de Responsáveis Governamentais...” o primeiro que li é o lineamento e agora viriam as atividades:

“Reunião de Responsáveis Governamentais em matéria sanitária, fitossanitária e regulamentos técnicos para a identificação de atividades de cooperação.”

Até aí, a data proposta é agosto de 2010. Caso as Representações considerem esta proposta, então seria necessário incorporar ao plano de ação da dimensão social sobre o qual todos os demais pontos já foram objeto de consenso. Faltaria somente resolver esta situação. É isso, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Venezuela. O Brasil, por favor. Talvez o Brasil possa explicar.

Delegação do BRASIL (André Saboia Martins). Obrigado, Presidente. Agradeço à Venezuela a oportunidade de explicar o interesse do Brasil pela inclusão deste ponto. A razão está nas necessidades do setor de agricultura familiar, tanto do Brasil como dos demais países da Associação.

Há pouco tivemos aqui em Montevideu mais uma reunião da REAF, Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL, e aí, especificamente, o Ministro de Desenvolvimento Agrário mencionou que estão tratando esse tema muito seriamente há anos no âmbito da REAF como uma área muito importante de cooperação para este setor, para a facilitação do comércio. Então, a partir daí e levando em conta o importante trabalho que vem sendo realizado também com os demais países da região, fazemos esta proposta de incluir este tema na agenda deste Grupo.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. O México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Obrigado, Presidente. Obviamente, estamos de acordo. Dora me lembra que o Secretário-Geral fez um convênio com o BID que permite educação a distância, etc., que isso possa ser incorporado para dar mais agilidade a estes encontros que estão considerando no documento.

Quanto à proposta do Brasil, parece-nos muito correta. Recordo que o IICA, Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, tem um amplíssimo programa de apoio à agricultura familiar para toda a sub-região, e pode gerar bons exemplos de casos bem-sucedidos não somente do MERCOSUL, mas de toda a região Latino-Americana. Então, pedir que o IICA apresente seminários, em apoio a este tema muito importante sobre uma cultura fitossanitária na pequena agricultura. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, México. O Secretário-Geral pede a palavra, gostaria de fazer um esclarecimento. Por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. Agradeço muito a intervenção do senhor Embaixador do México. É um projeto que apresentamos ao BID e tudo vai favoravelmente para sua aprovação, mas ainda não a tenho, senhor Embaixador. Em relação ao do IICA, se o senhor observa o relatório que também apresentamos, há um projeto no mesmo sentido que o senhor menciona com um tratamento favorável até o momento, mas o senhor sabe que, até que se concretize, eu não posso informar ao Comitê. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. O Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Assim, como está apresentado este tema, em primeiro lugar me parece que não tem que estar no tema social. Da forma em que está escrito e com o manifestado agora pelo Brasil, dá a impressão que não é somente para países de menor desenvolvimento.

A cooperação em matéria sanitária, fitossanitária e regulamentos técnicos é uma necessidade de todos os países, portanto penso que deveríamos considerar este tema em algum outro Grupo de Trabalho, penso que o Grupo de Normas e Disciplinas é o mais adequado.

Eu não sei se pode ir um tema que abarca os doze em outro Grupo que não seja Normas e Disciplinas, porque é começar a trabalhar em uma área que, até agora, a ALADI não havia encarado. Temos normas e disciplinas neste campo na OMC, por exemplo, e estamos trabalhando nisso também no MERCOSUL, mas na ALADI eu entendo que deveríamos localizar em outro lugar, e penso que Normas e Disciplinas é o lugar adequado. Assim, penso que deveríamos incorporar este mesmo texto no programa de trabalho desse Grupo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. O Peru, por favor.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. Para coincidir totalmente com o Paraguai. Este programa de cooperação não é estritamente para os países PMDERs, mas para todos os países, e, portanto, deveria estar colocado em outro Grupo de Trabalho, não no dos PMDERs. Coincidiu com o Embaixador do Paraguai que o Grupo de Normas e Disciplinas seria uma boa opção para conduzir este programa. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Somente para recordar aqui, no plano de ação apresentado pelo Grupo de Dimensão Social, entre os objetivos identificados pelos próprios Ministros da Dimensão Social, na Conferência Ministerial, diz claramente:

“Promover a cooperação em matéria sanitária, fitossanitária e regulamentos técnicos para apoiar os países, especialmente os PMDERs, no aproveitamento das oportunidades comerciais.” Ou seja, os próprios Ministros de Desenvolvimento Social, em sua reunião, disseram que essa questão fitossanitária, como disseram o Paraguai e o Peru, é de interesse de todos os países e, especialmente, dos PMDERs.

Pergunto se não seria o caso, então, de tirar isso da Dimensão Social, não deixa de ser um tema da Dimensão Social visto que é um mandato dos próprios Ministros de Desenvolvimento Social. Um comentário apenas. A Representação da Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Obrigada, Presidente. Nas reuniões do Grupo de Trabalho, esse tema havia sido analisado e, em coordenação com os PMDERs, nós, os 3 países, solicitamos que este tema fosse encaminhado ao Grupo dos PMDERs porque diz, justamente, para facilitar o aproveitamento das oportunidades comerciais.

Não foi levado em conta que era em geral, para todos os países. Estava mais orientado aos 3 países, por isso o tema tinha que haver sido tocado em PMDER, mas agora o Paraguai já considera que também poderia ser em outro. Penso que deveríamos ver –não sei se os países estão de acordo–, nós gostaríamos que o tema se mantivesse em PMDERs, mas, se não é assim, talvez pudéssemos ver outro Grupo de Trabalho, como Acesso a Mercados. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. O Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (André Saboia Martins). Obrigado, Presidente. Agradeço as observações dos outros países para, uma vez mais, sustentar que nós vemos que a inclusão do tema neste lugar é bastante produtiva e que estamos propondo um enfoque específico que não exclui o tratamento do mesmo tema em outros Grupos.

PRESIDENTE. Obrigado. O Paraguai, por favor.



Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado. Nós continuamos insistindo que este não é um tema que tenha que estar neste plano de ação, mesmo quando os Ministros tenham recomendado isso.

Nós entendemos que tudo o que tiver relação com medidas sanitárias, fitossanitárias e regulamentos técnicos têm outro âmbito de análise e de aplicação muito diferente do tema social, e que, nesse outro âmbito, enfatizem-se os países de menor desenvolvimento na agricultura familiar é outra coisa. Entendemos também que o social é transversal a toda a ALADI, mas que este tema, por suas características técnicas, deve estar em outro Grupo, em outro plano de ação. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. Pergunto ao Presidente do Grupo da Dimensão Social. Na coluna de ações ou atividades, e com relação a este Mandato dos Ministros de Desenvolvimento Social, o que teríamos como ação ou atividades caso a proposta do Brasil não fosse aceita.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Primeira questão a precisar: o mandato é dos Chanceleres, os Ministros da Área Social recomendaram, -porque recomendam- e essa foi uma recomendação dos Ministros da Área Social.

Agora, a proposta da Delegação do Brasil foi a que li: Reunião de Responsáveis Governamentais em matéria sanitária, fitossanitária e regulamentos técnicos para a identificação de atividades de cooperação para agosto de 2010. Essa é a proposta que nós conversamos com a Delegação do Brasil. Obrigado.

PRESIDENTE. Podemos aprovar, então, essa proposta de fazer uma reunião de Representantes Governamentais em agosto, com base no mandato dos Ministros, dos Chanceleres. Estamos de acordo? E, com isso, incluímos aqui e aprovamos. A Representação do Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Nós podemos acompanhar a proposta da Presidência desde que não se inclua isso neste plano de ação.

PRESIDENTE. Bem, então volto a perguntar. O que teríamos como ações ou atividades para o ponto 3 do plano de ação?

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Não, Presidente. Isso teria que ser eliminado, como fizemos nas outras depurações. Nós estivemos depurando, etc., e, neste caso, isso que diz promover a cooperação teria que ser excluído deste plano de ação, porque, ao excluí-lo, retira-se tudo. Agora, isso poderia ir acompanhado da proposta do Paraguai de que seja tratado no Grupo das Normas e Disciplinas.

PRESIDENTE. Bem, estamos de acordo, então, em eliminar o ponto 3?

Sim. Então eliminamos do plano de ação o ponto 3 e podemos aprovar o projeto de Resolução: O plano de ação priorizado para o Desenvolvimento da Dimensão Social no Processo de Integração da ALADI, sem o ponto 3. O número do Projeto seria 360<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Em anexo, a mencionada Resolução.

Estamos aprovando muitas coisas hoje. No dia da despedida do Embaixador do Equador, estamos aprovando muitas coisas, em sua homenagem.

8. Comemoração dos 50 anos da Integração Latino-Americana e 30 anos da assinatura do Tratado de Montevideú 1980

...Passamos, então, ao ponto 8, que é a Comemoração dos 50 anos da Integração Latino-Americana e 30 anos da assinatura do Tratado de Montevideú 1980. A Secretaria fará a apresentação de um projeto. Por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Tenho a esperança que se tenha distribuído a todas as Representações, não é um tema para tratar hoje, neste momento, penso que os senhores têm que estudar a proposta. Eu já me comprometi com vários Embaixadores de apresentar um plano de ação, que seria aprovado, certamente, na primeira sessão do Comitê no ano que vem.

Há um ponto do projeto ao qual eu pediria uma especial consideração. Há uma atividade que nós propomos que é o desvelamento de uma placa comemorativa na Escola Grécia, na cidade de Montevideú, que foi o lugar da assinatura do Tratado de Montevideú de 1960. Esse Tratado foi assinado em 18 de fevereiro de 1960, é necessário fazer alguns trâmites que não são tão fáceis ante autoridades do Uruguai para conseguir a colaboração para que se desvele essa placa, esse é o único tema urgente, e se o Comitê autorizasse, nós iniciariamos os trâmites pertinentes, se os senhores estivessem de acordo em desvelar a placa. Isso é tudo. O restante é simplesmente para que os senhores leiam, para que reflitam.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. O México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Sim, muito obrigado, Presidente. Estamos de acordo com a placa, mas eu quero fazer um comentário adicional. Talvez todos aqui se lembrem da Cúpula de Salvador, na Costa de Sauípe, no Brasil, que foi a primeira Cúpula vértice dos esforços de integração CALC I, no final de 2008.

Haverá uma segunda Cúpula de todos os esforços de integração no México, em 23 de fevereiro, em Cancun. É uma Cúpula muito importante, porque o esforço aí é compassar as convergências dos esforços de integração. Certamente, a ALADI estará aí presente e penso, Secretário, que é um momento importantíssimo para que ALADI, nessa Cúpula, aluda a este esforço de 50 anos do processo de integração, e talvez aí possa fazer uma Resolução ou algo. Penso que, embora seja tarde, agorinha, fevereiro é muito próximo para a nossa dinâmica de trabalho, mas a presença da ALADI nessa Cúpula e o que diz respeito a isso é muito importante, e eu gostaria de trazer isso à consideração neste Comitê.

PRESIDENTE. Obrigado, México. Secretário-Geral.

SECRETARIO GENERAL. Sim, reconheço que -em primeiro lugar peço desculpas ao Embaixador do México- mas de todas as coisas interessantes que ele me comentou em uma conversação que tivemos, esqueci que ele referiu-se a este tema e deveríamos incluí-lo.

Estou totalmente de acordo. Não sei se o Comitê, mas me parece muito importante o que o senhor disse, e peço desculpas, as outras muitas coisas que o senhor mencionou foram incluídas, mas essa me passou, foi uma conversação sem tomar notas. Se a Secretaria estiver de acordo e se a Comissão de Orçamento, que é tão rigorosa conosco, autorizar economicamente, ficaremos felizes de comparecer, obviamente se recebermos o

convite pertinente, porque, como o senhor viu, Embaixador, limitamos ao máximo as viagens, para o Secretário-Geral pelo menos.

PRESIDENTE. Obrigado. A Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Bem, em primeiro lugar, gostaria de valorizar esta proposta, iremos ler e com atenção e depois fazer os comentários que considerarmos pertinentes. Há 2 questões que gostaria de propor.

A primeira é a seguinte: o Secretário-Geral Saguier, muito antes de sua saída, enviou uma comunicação aos Embaixadores, ou ao menos eu a recebi, onde solicitava a elaboração de um artigo sobre os 30 anos da ALADI, e a ideia era, com esses artigos, fazer uma publicação. Então, bem, eu me emocionei, escrevi o artigo, e depois ele renunciou e tivemos toda esta situação da eleição do novo Secretário-Geral.

Parece-me que essa é uma boa iniciativa, que os doze Embaixadores que estão aqui possam escrever sobre a ALADI, sobre as perspectivas, etc., e a visão que temos da ALADI em uma publicação, aí damos uma visão de conjunto, de como vemos a ALADI e, sobretudo, as perspectivas da ALADI. Então, primeiramente, gostaria de saber se o Secretário-Geral tinha conhecimento disto e, em segundo lugar, manifestar o interesse da Representação da Venezuela de que pudéssemos seguir com essa ideia que nos pareceu muito boa.

O segundo ponto tem relação com a proposta sobre Declaratória do ano da integração, que diz: "Foi cursada uma comunicação aos Chanceleres dos países-membros mediante a qual se propôs que o ano 2010 fosse declarado como o 'Ano da Integração Latino-Americana', e, como tal, conste no início das comunicações oficiais desses países".

Então, quero informar que, pela Venezuela, nós, por Decreto Presidencial, estamos denominando 2010 o ano do bicentenário, e todas as nossas comunicações terão esse início, mas isso já havia sido acordado pelo Governo no começo deste ano, se bem me lembro, inclusive há uma Comissão Presidencial que se formou, que está trabalhando nesse sentido, e penso entender que isso também esteve, de alguma maneira, operando em outros países. Passo isso como informação para a Secretaria-Geral. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. O Secretário-Geral, por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Muito obrigado ao Embaixador da Venezuela.

Levei em conta essa publicação que o senhor menciona. Parece-me que foi uma ótima ideia do Embaixador Hugo Saguier-Caballero, o que acontece é que não tivemos a mesma resposta de todos os Embaixadores e talvez, se o senhor a apresenta como moção de novo, incluímos felizes e com o compromisso de que todos os Embaixadores façam esse trabalho que seria importantíssimo. Eu justifico um pouco, houve várias de mudanças de Embaixadores nestes dias, uma parte importante do trabalho do Secretário foi fazer despedidas e isso também explica a falta de resposta. Tivemos somente duas respostas, mas a ideia existe, Embaixador, esse é o primeiro tema.

O segundo ponto, - o senhor também o assinala muito bem- que é o bicentenário para muitos países, mas as coisas não se excluem, claro que é difícil a esta altura, talvez

acrescentar, mas era simplesmente uma ideia, não há incompatibilidade nem é um choque, é uma forma também de mostrar porque se fala pouco da integração. Obrigado, Embaixador.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Li rapidamente a proposta do programa de atividades, e vendo os títulos, acho essa proposta muito plausível. Tenho uma sugestão de alteração, pois a proposta me parece limitada da forma em que se encontra.

Quando diz, na parte superior da página 3: "Concurso para jornalistas da América Latina", parece-me muito reducionista, tem que ser concurso de integração, mas não para jornalistas, para qualquer um. Conheço, inclusive, ex-funcionários da ALADI e outros que estão escrevendo sobre a integração e estariam excluídos.

Então, minha ideia é que seja um concurso aberto, sem que haja uma exclusão por títulos, por títulos profissionais ou por atividade profissional. O importante é o conteúdo dos objetivos do concurso. Essa é minha sugestão.

Também me alegra muito a memória do Embaixador da Venezuela, muito oportuna, e me somo a essa ideia. Também estive trabalhando nesse tema, mas pressionado pelas urgências de outros temas, eu funciono quando estipulam uma data final e como essa data nunca foi estabelecida, por isso não entreguei, mas ficou um trabalho truncado que gostaria de entregar, e, seja levado em conta ou não, comprometo-me a entregá-lo.

Esses são os dois 2 pontos que gostaria de destacar, mas é muito importante o assinalado pelo Embaixador da Venezuela, que se reúnam as visões baseadas nas experiências de pessoas que estão ou estiveram aqui, e teria que ser estabelecido, pela Presidência e pelo Comitê, quem escreveria, quem estaria excluído, porque há Embaixadores recentes que teria que ver se se aventuram. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Antes de prosseguir, vejo que há mais Representações que pediram a palavra. Agora são 12 horas e 55 minutos, eu sugeriria que esta versão apresentada pelo Secretário-Geral fosse estudada melhor, por todas as propostas que apresenta, talvez pudéssemos fixar como tema de agenda para a próxima reunião do Comitê de Representantes e aí, com isso, poderemos adiantar um pouco mais.

Ou seja, estamos todos fazendo comentários preliminares, mas talvez fosse melhor que estudássemos o documento de uma maneira mais profunda e aí estaremos mais preparados para poder fazer uma discussão mais construtiva aqui no Comitê, mas é minha sugestão. De todas as maneiras, terei que sair, pois tenho um almoço de trabalho às 13 horas em ponto, e passo a Presidência para a Embaixadora de Cuba. A Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Presidente, precisamente, poderíamos passar este estudo da proposta da celebração para nossa Comissão de Orçamento, que se reunirá para tratar os temas pendentes, e, assim, começar de maneira imediata a estudar tudo isso, olhar orçamentos e organizar esse tema a partir do mês de janeiro e fevereiro.

PRESIDENTE. Obrigado. O México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Bem, eu sei que é tarde, mas eu também quero dizer algo profissional, sobretudo porque o Embaixador Vera Manzo está se retirando. Os livros de "5 folhinhas", máximo 20 autores, geralmente são péssimos, e essa foi a convocatória que, com todo respeito, recebemos. Temos um livro de "5 folhinhas", todos entregam no dia 14 de tal mês, e geralmente são péssimos livros.

No entanto, sei que aqui há muitos de nós que queriam um livro de mais prestígio, de um testemunho profundo, e muitos colegas que estão aqui, e se retira nosso colega, penso que seria imprescindível neste exercício Juan Carlos Olima. Eu não gostaria de ver um livro no qual não conste o pensamento de Juan Carlos, por exemplo, e outros Embaixadores que deixaram uma profunda marca. Então, a questão do livro é muito importante. Procuremos um âmbito para ver o tema, e talvez não seja um livro, mas 2 ou 3, mas, por favor, um muito bom livro, não de "5 folhinhas", rapidinho, um livro que ninguém lê, que ninguém nunca consulta.

Segundo, não deixarei de dizer que fico muito feliz por ter um redesenho da bandeira, porque o logo tem um mapa absolutamente horrível. O mapa da ALADI minimiza a superfície do México, mutila o México, porque não consta a "Baja California", coloca Cuba onde esta Aruba, minimiza a superfície de Cuba e não existe América Central. O México está perfeitamente junto a Darién. Por que não voltar a um mapa real muito bonito, onde a América Latina pareça tal qual é, de Tijuana, no norte do México, a Ushuaia, no sul da Argentina, em suas proporções e seus tamanhos, sem exagerar algumas partes e sem mutilar as outras?

Então, quero que fique gravado e por escrito, hoje, que o logo também tem que ser corrigido, respeitando mais o mapa real e os territórios reais de nossa América Latina. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. O Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Octavio Ferreira Gini). Obrigado, Presidente. Nós estamos em condições de apoiar a proposta da Presidência com relação ao tratamento deste tema, mas temos entendido que o Secretário-Geral solicitou que nos expeçamos sobre o tema da placa comemorativa na Escola Grécia. Nesse sentido, apoiamos a proposta do Secretário-Geral.

PRESIDENTE. Obrigado. A Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Bem, quero compartilhar as considerações do Embaixador de México sobre o resultado que pode ter a publicação de um livro que seja uma recopilação de diversos autores e a oportunidade ou não que isso pode representar pelo aniversário dos 30 e dos 50 anos de nossa Associação.

Por outro lado, parece-me muito relevante a proposta, que vi aqui na minuta apresentada, sobre a publicação de uma separata em jornais de maior circulação nos países-membros da Associação. Deveríamos dar a maior ênfase a isso, porque é uma ferramenta muito poderosa para difundir o que nossa Associação faz, erradicar preconceitos e dar importância ao trabalho que se faz aqui, ou seja, penso que seria necessário empenhar nossos maiores esforços nessa tarefa, preparar um texto que possa ser avaliado entre todos e que cada uma das Representações se ocupe de fazer as gestões necessárias para que seja publicado nos jornais mais importantes.

Também concordo com a manifestação sobre a oportunidade de atualizar ou revisar o logo da Associação. Tenho outros comentários para formular sobre este logo, por exemplo, faltam as Ilhas Malvinas, então seria uma ocasião para modernizá-lo e corrigir injustiças que podem ter sido cometidas involuntariamente no momento de seu desenho. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Podemos então combinar que teremos uma próxima reunião do Comitê, onde se discutirá de maneira mais ampla esta proposta feita pelo Secretário-Geral.

Pergunto se podemos aprovar a questão da placa.

Então, aprova-se a colocação da placa.

9. Assuntos diversos

...Passamos, então, ao último ponto da agenda, Assuntos diversos. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, há a urgência da hora. Queria fazer um relatório sobre a viagem a Portugal, porque me parece ser bom que o Secretário-Geral informe sobre as viagens oficiais, e peço a licença de fazê-lo na próxima sessão do Comitê, porque há uma urgência de horário. Está pronto o relatório.

Mas, sim, quero tratar outro assunto. Esta é a última sessão que preside o Presidente, como gosta de ser chamado o Embaixador do Brasil. A Secretaria apreciou muito a colaboração, a cooperação, os conselhos e as indicações feitas neste período, e eu não queria deixar passar esta ocasião sem mencionar nosso profundo agradecimento a sua gestão. Era tudo. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Secretário-Geral. Podemos, então, concluir a sessão ordinária e passar imediatamente... A Venezuela pede a palavra. Por favor, Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Fica algo que ainda não está claro. Como vamos fazer sua despedida, Embaixador?

PRESIDENTE. Ainda estarei aqui em Montevidéu por algum tempo.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Tenho a palavra, Presidente. Temos que ver como fazemos a despedida do Embaixador Regis e a recepção do Chile, parece que não quer, mas é necessário fazer essa despedida ao Presidente Regis, então temos que organizar isso. Será para a primeira sessão, não?

PRESIDENTE. Sim, assim me sugere a Secretaria-Geral.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado.

PRESIDENTE. Concluimos a sessão e passamos à sessão extraordinária.

# Comitê de Representantes

ALADI/CR/Resolução 358  
16 de dezembro de 2009

## RESOLUÇÃO 358

### ORÇAMENTO POR PROGRAMAS DA ASSOCIAÇÃO PARA O ANO 2010

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os Artigos 35, letra e) e 38, letra m) do Tratado de Montevideu 1980 e as Resoluções 59, 60 e 61 (XIII) do Conselho de Ministros;

CONSIDERANDO as Resoluções 296, 301, 302 e 304 do Comitê de Representantes,

### RESOLVE:

PRIMEIRO.- Aprovar o Orçamento por Programas da Associação para o ano 2010, cujo montante totaliza US\$ 4.444.335, que consta dos Anexos I, II e III da presente Resolução e da qual fazem parte; bem como o Perfil das atividades propostas para o Orçamento 2010 contido no documento ALADI/SEC/di 2282/Rev. 3 e o documento de trabalho ALADI/SEC/dt 511/Rev. 3.

SEGUNDO.- Aprovar para o ano 2010 uma transferência de créditos orçamentários do Fundo de Capital de Giro pela quantia de US\$ 571.486, para financiar o custo das reuniões de funcionários governamentais uma vez que se esgotar o subitem orçamentário 2.7 previsto para tais efeitos. A Secretaria-Geral informará periodicamente sobre a utilização deste crédito.

TERCEIRO.- A Comissão de Orçamento por Programas realizará o acompanhamento do Orçamento da Associação. Outrossim, avaliará a necessidade de fazer ajustes nas disposições gerais e nas normas para a execução do Presente Orçamento e fará as recomendações pertinentes ao Comitê de Representantes.

QUARTO.- O Orçamento por Programas contido nesta Resolução será modificado pelo Comitê de Representantes visando introduzir as atividades que corresponderem, em função dos mandados e orientações decorrentes dos órgãos políticos da Associação.

---



ANEXOS

	Página
I - Disposições Gerais e Normas para a Execução e o Controle do Orçamento para o ano de 2010 .....	5
II - Orçamento de Receita e Despesas para o ano de 2010 .....	15
III - Programa Preliminar de Atividades da Associação para o ano de 2010 .....	19



ANEXO I

DISPOSIÇÕES GERAIS E NORMAS PARA A EXECUÇÃO E CONTROLE DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2010



1. Disposições Gerais

Artigo 1 – Estabelecer, para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2010, a escala mensal de salários-base detalhada abaixo:

Categoria	Grau	Nº de funcionários	Salário-base 2010
<u>Internacional</u>			
Secretário-Geral	FI-1	1	7.100
Subsecretário	FI-2	2	5.800
Perito	FI-3	10	4.000
<u>Técnica</u>			
	Chefe DA	1	3.120
	T 7	1	2.652
	T 6	2	2.496
	T 5	8	2.100
	T 4	4	1.785
	T 3	18	1.590
	T 2	13	1.378
	T 1	6	1.171
<u>Administrativa</u>			
	A 8	1	1.484
	A 7	3	1.378
	A 6	1	1.171
	A 5	2	1.102
	A 4	10	1000
	A 3	7	800
	A 2	4	700
	A 1	3	600

O total de funcionários é de 97, distribuídos da seguinte forma: Categoria Internacional: Direção Superior 3 e Funcionários Internacionais 10; Categoria Técnica 53; e Categoria Administrativa 31.

Se, por razões de funcionamento ou serviço, por reclassificação de cargos ou em cumprimento das sentenças que venha a proferir o Tribunal Administrativo, a Secretaria-Geral considerar necessário fazer mudanças nas categorias mencionadas, deverá submeter as mudanças propostas à aprovação do Comitê de Representantes.

A parcela do item 1 – Retribuições e Custos de Pessoal, subitem 1.5, abrange compensações especiais outorgadas àqueles funcionários da Secretaria-Geral que cumram funções de particular responsabilidade e confiança, conforme estabelecido nos Artigos 62 a 65 da Resolução 311 do Comitê de Representantes.

Artigo 2 – As contribuições para o Fundo de Previdência estabelecidas no Artigo 26 da Resolução 311 do Comitê de Representantes, a cargo da Associação e dos funcionários da Secretaria-Geral, serão feitas sobre o salário-base previsto na escala estabelecida no artigo anterior.

Artigo 3 – O subitem 1.9 - Complemento de salário-base e parcelas relacionadas - atenderá as despesas complementares ligadas à reclassificação feita a partir do Orçamento 2006 para distribuir os cargos dentro de cada categoria. Esta parcela abrangerá a parte do salário-base e serviços relacionados decorrentes da aplicação da nova escala de salários e graus. Para a aplicação das Normas de Pessoal vigentes na Secretaria-Geral será considerado o complemento de salário-base como parte do salário do funcionário, até que esse cargo fique desocupado.

Artigo 4 - Conforme as Resoluções 301, 302, 304 e 311 do Comitê de Representantes, estabelecer o montante das seguintes bonificações:

- a) Familiar: cinquenta dólares (US\$ 50,00) mensais por dependente;
- b) Antiguidade: dez dólares (US\$ 10,00) mensais para cada ano de antiguidade; e
- c) Moradia: 15 % mensal sobre o salário-base.

A bonificação mensal por moradia para o Secretário-Geral e os Subsecretários, se corresponder, conforme as normas de pessoal em vigor, será de 15% mensal sobre o salário-base.

O subitem 1.3 – Benefícios Sociais – inclui os benefícios previstos para os Assessores do Secretário-Geral no Artigo 48 da Resolução 311 do Comitê de Representantes.

O subitem 1.8 – Adicional Exercício de Chefia – é regulado conforme previsto na Resolução 304 do Comitê de Representantes.

O subitem 3.1.6 – Parcela para despesas de representação – corresponde a quantia de US\$ 12.000 anuais para o Secretário-Geral e US\$ 2.400 para cada Subsecretário e será usado nas condições estabelecidas na Resolução 302 do Comitê de Representantes.

Artigo 5 – As passagens do Secretário-Geral serão em classe executiva ou equivalente, conforme as disponibilidades financeiras. As passagens dos Subsecretários serão em classe executiva ou equivalente, conforme as disponibilidades financeiras e quando o itinerário superar 8 (oito) horas entre o horário de partida e o horário de chegada ao destino final. Em caso de convites ao Secretário-Geral e aos Subsecretários em função de seus cargos que incluam passagens de inferior categoria às mencionadas anteriormente, a Secretaria-Geral pagará a diferença que corresponder, conforme as disponibilidades financeiras.”

## 2. Normas para a execução e o controle do orçamento correspondente ao exercício 2010

### Estados financeiros periódicos e auditoria

Artigo 6 – A Secretaria-Geral será responsável pela execução orçamentária e financeira, devendo apresentar ao Comitê de Representantes os seguintes relatórios:

- a) Relatórios sobre as missões de serviço cumpridas e os resultados alcançados;
- b) Um relatório mensal sobre o comportamento do gasto orçamentário que detalhe o crédito utilizado e disponível de cada subitem do orçamento de despesas, bem como um relatório das atividades cumpridas nos subitens: 2.5-Divulgação, 2.6-Capacitação e Treinamento, e, no Item 4-Posse e Afastamento de Cargos;
- c) Um relatório mensal sobre a situação financeira da Associação e o estado das contribuições dos países-membros (atrasos nas contribuições e nos custos financeiros) que inclua o estado de disponibilidades que reflète os movimentos de receitas e despesas de caixa;

- d) Um relatório trimestral de acompanhamento do desenvolvimento do Programa de Atividades, indicando os avanços e os custos gerados pela execução de cada uma dessas atividades; o relatório final do exercício deverá refletir o cumprimento das atividades e os objetivos atingidos; e
- e) Os pareceres elaborados pela auditoria contábil externa ficarão na Secretaria-Geral à disposição das Representações que os solicitarem.

A Comissão de Orçamento por Programas reunir-se-á mensalmente para o acompanhamento e a avaliação da execução do Orçamento, de conformidade com o estabelecido nestas normas. Do realizado, a Comissão de Orçamento por Programas prestará contas ao Comitê de Representantes.

Contratação de assessores, consultores e missões de serviço do pessoal da Secretaria-Geral

Artigo 7 – A contratação de consultores com ônus nas parcelas previstas no Item 2, subitens 2.3 e 2.4, deverá ajustar-se às seguintes normas:

- a) Fazer contratações ligadas à execução de atividades prioritárias do Programa de Atividades da Associação e outras que o Comitê de Representantes venha a definir, desde que a Secretaria-Geral não conte com pessoal disponível e especializado na matéria, levando em conta os antecedentes de trabalhos realizados na Secretaria-Geral.
- b) Dar preferência aos nacionais dos países-membros, levando em conta uma representatividade geográfica ampla e equitativa;
- c) Manter um registro atualizado de consultores e de firmas de consultoria ao qual deverá recorrer a Secretaria-Geral para as respectivas contratações; que deverá incluir, caso necessário, a avaliação dos consultores contratados, bem como dos trabalhos realizados;
- d) Informar mensalmente às Representações sobre a contratação de consultores feitas em cumprimento do Orçamento por Programas da Associação; e
- e) Elaborar trimestralmente um relatório de avaliação dos consultores contratados, bem como dos trabalhos realizados, visando garantir o máximo nível de eficiência nos projetos encomendados, que será apresentado ao Comitê de Representantes.

Artigo 8 – A contratação dos assessores prevista com ônus no Item 2, Subitem 2.2, não ultrapassará o período do mandato do Secretário-Geral, e suas remunerações não poderão ser superiores à estabelecida para o grau FI-3 da Categoria Internacional.



Artigo 9 – A Secretaria-Geral informará prévia e oportunamente o Comitê de Representantes sobre o programa provisório de missões de serviço a serem realizadas, bem como sobre os convites recebidos, assinalando os objetivos específicos e o custo estimado das missões.

As autoridades do Comitê de Representantes considerarão todas as missões de serviço que não estiverem ligadas a atividades prioritárias nem contempladas no Artigo 38, letra d) do Tratado de Montevideu 1980.

#### Alocação de fundos

Artigo 10 – A Secretaria depositará os recursos financeiros da Associação na ou nas instituições bancárias ou entidades financeiras que ofereçam as melhores garantias e benefícios.

Desde que as disponibilidades financeiras permitirem, a Secretaria-Geral poderá aplicar seus fundos em investimentos seguros e cuja rentabilidade esteja dentro dos parâmetros médios do mercado para esses investimentos.

Artigo 11 – A Secretaria-Geral, com autorização prévia do Comitê de Representantes, poderá solicitar créditos de instituições bancárias, a fim de contar com recursos para atender as necessidades financeiras da execução orçamentária e quando, devido a atrasos nos pagamentos, as contribuições recebidas dos países-membros forem insuficientes.

Artigo 12 – A Associação poderá receber contribuições voluntárias, financeiras ou de outra natureza, dos países-membros, de observadores ou de qualquer outro organismo internacional, prévia aprovação do Comitê de Representantes. Essas contribuições serão destinadas a projetos ou atividades específicas acordados com os doadores.

A Secretaria-Geral informará semestralmente o Comitê de Representantes sobre a execução administrativa e financeira das mencionadas contribuições. Realizará, ainda, gestões para obter contribuições dessa natureza, de conformidade com os mandados e as prioridades que forem estabelecidos pelos órgãos decisórios da Associação.

### Custos financeiros

Artigo 13 – Os custos financeiros que forem gerados no exercício orçamentário serão com ônus para os países-membros que se atrasarem no pagamento de suas contribuições. Para esses países, esses custos serão distribuídos de forma proporcional às cotas e aos atrasos, calculados no final de cada mês e sendo consideradas apenas as contribuições orçamentárias aprovadas pelo Comitê de Representantes.

Artigo 14 - Para determinar, em qualquer momento, o montante dos atrasos que cada país-membro tiver em relação com o total de sua cota orçamentária, tomar-se-á como indicador que no vencimento de cada mês deveria contribuir com o equivalente a um doze avos de sua cota total, o que implica que a integralização total do orçamento se completaria no mês de dezembro.

Mensalmente será elaborado um estado de situação onde serão creditados os pagamentos que cada país fizer (imputados de acordo às instruções que destes forem recebidas) sendo-lhe debitado um dozeavos de sua cota total e os saldos devedores correspondentes servirão como base para calcular a parte proporcional dos custos financeiros que lhe correspondem por cada mês.

Dos estados mensais de disponibilidades, recursos e despesas apresentados ao Comitê de Representantes constarão os custos financeiros de cada país, resultantes da aplicação deste método e cálculo, bem como os custos financeiros que corresponderem por atrasos de anos anteriores.

Artigo 15 - Durante o ano 2010, os países-membros que pagarem sua contribuição anual antes de 30 de junho estarão isentos dos custos financeiros gerados durante o período transcorrido entre 1º de janeiro de 2010 e o dia do respectivo pagamento.

Os países-membros poderão optar por pagar suas contribuições orçamentárias em duodécimos antes do vencimento de cada mês. Nesse caso, os países estão isentos dos custos financeiros referidos nos Artigos 13 e 14 desta Resolução.

Outrossim, os países-membros que pagarem antecipadamente sua contribuição orçamentária, estarão isentos dos custos financeiros gerados, por um período igual, calculado de acordo com os Artigos 13 e 14 desta Resolução. Esses custos isentos serão distribuídos entre os demais países devedores.

Artigo 16 – O Comitê de Representantes tomará conhecimento do montante dos custos financeiros do ano 2010 no momento da apresentação dos relatórios referidos no Artigo 6 desta Resolução.

#### Fundo de Capital de Giro

Artigo 17 – A utilização dos créditos do Fundo de Capital de Giro, previsto na Resolução 93 do Comitê de Representantes, precisará, para seu uso, de autorização prévia do Comitê de Representantes e terá como objeto atender despesas de emergência ou imprevistos, de natureza não recorrente. Os créditos desse fundo não poderão ser utilizados para o pagamento de retribuições ou bonificações de pessoal.

O Fundo de Capital de Giro estará integralizado da seguinte forma:

- a) Com as economias que forem geradas pelo não preenchimento de vagas;
- b) Com os itens orçamentários não utilizados até 31 de dezembro de 2010, a respeito dos quais a Secretaria terá que informar à Comissão de Orçamento por Programas;
- c) Com os remanescentes resultantes da diferença entre a receita real obtida e a prevista na letra c) "Outras receitas estimadas"; e
- d) Com as diversas receitas geradas por vendas de equipamentos depreciados ou em desuso e materiais de descarte.

Quando os pagamentos das contribuições dos países correspondentes ao exercício em curso não forem suficientes para abranger as despesas do exercício orçamentário corrente, a Secretaria-Geral poderá dispor dos fundos de recursos disponíveis correspondentes a exercícios anteriores não utilizados a fim de garantir seu funcionamento. Esta situação será informada ex post mensalmente nos documentos aos que se refere o Artigo 6º destas disposições.

Artigo 18 – A Secretaria-Geral poderá dispor, com autorização prévia do Comitê de Representantes, das transferências de créditos entre Subitens de um mesmo Item e entre Itens do Orçamento.

A Secretaria-Geral poderá realizar transferências entre Itens e Subitens orçamentários por montantes de até US\$ 5.000 (cinco mil dólares), com a aprovação da Comissão de Orçamento por Programas. Essa aprovação deverá ficar registrada no relatório da Presidência da Comissão de Orçamento por Programas ao Comitê de Representantes.

4. Diretrizes para a elaboração do Projeto de Orçamento de Receitas e Despesas da Associação correspondente ao ano 2011

Artigo 19 – A elaboração do orçamento da Associação para o ano 2011 levará em conta as seguintes diretrizes:

- a) A Secretaria-Geral elaborará o projeto de orçamento de receitas e despesas da Associação, anexando um exercício com base em programas de atividades, que deverá considerar uma estimativa das despesas a serem atendidas:
- As atividades resultantes dos mandados dos órgãos políticos;
  - A reposição de equipamentos de informática e outros investimentos; e
  - O prosseguimento de programas de capacitação do pessoal, especialmente de negociações e informática.
- b) A Secretaria-Geral apresentará ao Comitê de Representantes o Projeto de Orçamento por Programas da Associação para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, o mais tardar, em 15 de outubro de 2010, que deverá ser aprovado antes de 20 de dezembro de 2010.

ANEXO II

ORÇAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO 2010



ORÇAMENTO DA RECEITA DA ASSOCIAÇÃO - EXERCÍCIO 2010

a) Contribuição dos países-membros 98,31%      U\$S 4.369.335,00

Pais	%	Contribuição
Argentina	19,15%	836.694,00
Brasil	19,15%	836.694,00
México	19,15%	836.694,00
Venezuela	8,87%	387.521,00
Colômbia	8,87%	387.521,00
Chile	8,87%	387.521,00
Peru	3,80%	166.175,00
Uruguai	3,80%	166.175,00
Cuba	3,80%	166.175,00
Bolívia	1,51%	66.055,00
Equador	1,51%	66.055,00
Paraguai	1,51%	66.055,00

b) Quota sede 1,46%      U\$S 65.000,00

c) Outra receita estimada

c.1) Venda de publicações e fornecimento de informações U\$S 6.000,00

c.2) Receitas várias U\$S 4.000,00

100,00%      U\$S 4.444.335,00

PRESUPUESTO DE EGRESOS DE LA ASOCIACIÓN - EJERCICIO 2010

RUBRO	SUB - RUBRO	DENOMINACIÓN	COSTOS		TOTALES
			PARCIALES	SUBTOTALES	
<b>1 -</b>	<b>RETRIBUCIONES Y COSTOS DE PERSONAL</b>				<b>3.288.461</b>
	1.1	SUELDOS BÁSICOS		2.113.884	
	1.2	BONIFICACIONES ORDINARIAS		364.920	
	1.3	BENEFICIOS SOCIALES		527.447	
	1.5	COMPENSACIÓN POR EJERC. CARGOS DE PART. RESP. Y CONFIANZA		8.505	
	1.6	HORAS EXTRAS		7.500	
	1.7	BONIFICACIÓN ANUAL		176.157	
	1.8	ADICIONAL EJERCICIO JEFATURA		76.800	
	1.9	COMPLEMENTO SUELDO BASE Y PARTIDAS RELACIONADAS		9.248	
	1.10	ESTÍMULOS AL DESEMPEÑO		4.000	
<b>2 -</b>	<b>GASTOS OPERATIVOS DE PROGRAMAS</b>				<b>527.934</b>
	2.1	MISIONES DE SERVICIO PERSONAL DE LA SECRETARÍA		86.000	
	2.2	ASESORES		80.600	
	2.3	CONSULTORES Y PERSONAL TRANSITORIO, TÉCNICO Y DE APOYO		53.400	
	2.4	SISTEMA DE APOYO A LOS PMDER		204.000	
	2.5	DIFUSIÓN		10.000	
	2.6	CAPACITACIÓN Y ENTRENAMIENTO		9.000	
	2.7	PARTICIPACIÓN DE FUNC. GUBERNAMENTALES EN REUNIONES		84.934	
<b>3 -</b>	<b>GASTOS GENERALES E INVERSIONES FÍSICAS</b>				<b>592.940</b>
	<b>3.1 SUMINISTROS</b>			<b>132.800</b>	
	3.1.1	Consumo general	12.350		
	3.1.2	Suministros para trabajos de impresión	48.400		
	3.1.3	Procesamiento de Datos	12.750		
	3.1.4	Biblioteca	18.500		
	3.1.5	Comité y Reuniones	24.000		
	3.1.6	Partida para gastos protocolares	16.800		
	<b>3.2 EDIFICIOS</b>			<b>260.530</b>	
	3.2.1	Servicios y gastos de funcionamiento del edificio	220.530		
	3.2.2	Conservación y mejoras del edificio	40.000		
	<b>3.3 EQUIPAMIENTO</b>			<b>96.070</b>	
	3.3.1	Inversiones en equipos de impresión, comunicación y otros	10.000		
	3.3.2	Inversiones en equipamiento y software informático	61.500		
	3.3.3	Mantenimiento y reparación de equipos y otros	24.570		
	<b>3.4 GASTOS DIVERSOS</b>			<b>103.540</b>	
	3.4.1	Gastos en comunicaciones	74.800		
	3.4.2	Locomoción	7.000		
	3.4.3	Seguros sobre bienes	10.740		
	3.4.4	Auditoría Contable Externa	11.000		
<b>4 -</b>	<b>POSESIÓN Y SEPARACIÓN DE CARGOS</b>				<b>35.000</b>
<b>5 -</b>	<b>TRIBUNAL ADMINISTRATIVO</b>				<b>-</b>
<b>TOTAL EGRESOS POR OBJETO DEL GASTO</b>					<b>4.444.335</b>



ANEXO III

PROGRAMA DE ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO PARA O ANO 2010



PROGRAMA DE ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO PARA O ANO 2010

Nº	Atividade	Data de finalização	1 Quadro de Pessoal	2.1 Missões de Serviço	2.2 Assessores	2.3 Consult. e Pess. Tran.	2.4 PMDERS	2.5 Difusão	2.6 Capacit. e Treinam.	2.7 (*) Part. Per. Gov. em R.
	<b>CAPITULO I</b>									
	<b>GESTÃO POLÍTICA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO</b>									
1	Realizar as reuniões dos órgãos da Associação: - Conselho de Ministros - Conferência de Avaliação e Convergência - Comitê de Representantes - Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração - Chefes de Representação - Representantes Alternos - Órgãos Auxiliares do Comitê de Representantes.	Permanente								
2	Desenvolvimento das ações de coordenação interinstitucional.	Permanente								
<b>TOTAL CAPÍTULO I</b>				0	0	0	0	0	0	0

Nº	Atividade	Data de finalização	1 Quadro de Pessoal	2.1 Missões de Serviço	2.2 Assessores	2.3 Consult. e Pess. Tran.	2.4 PMDERS	2.5 Difusão	2.6 Capacit. e Treinam.	2.7 (*) Part. Per. Gov. em R.
<b>CAPITULO II</b>										
<b>ARTICULAÇÃO E CONVERGÊNCIA</b>										
1	Reuniões de negociação de funcionários especializados em temas prioritizados pelo Conselho de Ministros e pelo Comitê de Representantes: - Regime Regional de Salvaguardas - Regime Geral de Origem - Regime Regional de Solução de Controvérsias - Outras reuniões.	Dezembro								
2	Aperfeiçoamento do Acordo Regional Nº 8. Reunião da Comissão Administradora.	Junho								
3	Avaliação da proposta da Secretaria sobre um Acordo-Quadro de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.	Outubro								
4	Implementação da Resolução 72 (XV) do Conselho de Ministros.	Novembro								
5	Oficina sobre Indústrias Criativas (sujeito a cooperação externa).	Setembro								
6	Propriedade Intelectual. Seminário/Oficina sobre o uso das flexibilidades do Acordo ADPIC da OMC (sujeito a cooperação externa).	Outubro								
7	Seminário/Oficina sobre as políticas de concorrência na integração regional (sujeito a cooperação externa - UNCTAD).	Março								
8	Reunião de Autoridades do Setor Turismo.	Junho								
9	Reunião de Funcionários Governamentais sobre a Competitividade em ciência, tecnologia e inovação na ALADI.	Julho								
10	Elaboração de estudos para apoiar a conformação do Espaço de Livre Comércio (ELC).	A determinar								
11	Estudo sobre as principais barreiras na exportação de serviços à região.	Novembro								
12	Seminário para a capacitação de negociadores em investimentos nos países-membros (sujeito a cooperação externa).	Outubro								

Nº	Atividade	Data de finalização	1 Quadro de Pessoal	2.1 Missões de Serviço	2.2 Assessores	2.3 Consult. e Pess. Tran.	2.4 PMDERS	2.5 Difusão	2.6 Capacit. e Treinam.	2.7 (*) Part. Per. Gov. em R.
13	Estudo sobre o Impacto dos Investimentos intrarregionais nos países da ALADI (sujeito a cooperação externa).	Novembro								
14	Estudo sobre o estado de situação do comércio de bens culturais na região e a reativação do Acordo Regional Nº 7.	Novembro								
<b>TOTAL CAPÍTULO II</b>										
				0	0	0	0	0	0	0

Nº	Atividade	Data de finalização	1 Quadro de Pessoal	2.1 Missões de Serviço	2.2 Assessores	2.3 Consult. e Pess. Tran.	2.4 PMDERS	2.5 Difusão	2.6 Capacit. e Treinam.	2.7 (*) Part. Per. Gov. em R.
	<p align="center"><b>CAPITULO III</b></p> <p><b>APOIO E ACOMPANHAMENTO DE ACORDOS E NEGOCIAÇÕES</b></p> <p>1 Registro, custódia e emissão de cópias autenticadas dos Acordos e Protocolos assinados ao amparo do Tratado de Montevideu 1980. Emissão de Atas de Retificação. Apoio técnico e jurídico aos órgãos administradores dos Acordos e aos governos dos países-membros na elaboração dos textos de acordos e protocolos para sua assinatura, administração e aplicação dos acordos e protocolos vigentes.</p> <p>2 Identificação, análise e processamento da informação contida na página Web da Associação, referente aos seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acordos Vigentes e Módulo de Acordos Históricos</li> <li>- Preferências Tarifárias</li> <li>- Regras de Origem</li> <li>- Registro de assinaturas de pessoas habilitadas para expedir</li> <li>- Matérias Complementares nos Acordos</li> <li>- Condições de acesso ao mercado de serviços dos países-membros</li> <li>- Estatísticas de serviços</li> <li>- Compras do Setor Público</li> <li>- Dupla Tributação</li> <li>- Investimentos</li> <li>- Política de Concorrência</li> <li>- Propriedade Intelectual</li> <li>- Proteção dos Conhecimentos Tradicionais</li> <li>- Tarifas nacionais de Aduana</li> <li>- Regime Tributário Não Aduaneiro</li> <li>- Requisitos administrativos para a importação de mercadorias e outros mecanismos de política comercial</li> <li>- Normas nacionais Reguladoras do Comércio</li> <li>- Correlações NALADI/SH/ Nomenclaturas nacionais e Nomenclaturas nacionais entre si (SICONA).</li> </ul>	Permanente				15.500				

Nº	Atividade	Data de finalização	1 Quadro Pessoal de Serviço	2.1 Missões de Serviço	2.2 Assessores	2.3 Consult. e Pess. Tran.	2.4 PMDERS	2.5 Difusão	2.6 Capacit. e Treinam.	2.7 (*) Part. Per. Gov. em R.
3	Assistência técnica às instâncias públicas e privadas dos países-membros no referente às disposições previstas nos acordos assinados no âmbito da ALADI.	Permanente								
4	Relatório semestral sobre a evolução dos acordos regionais e dos acordos de alcance parcial em seus aspectos comercial e normativo.	Setembro								
5	Relatório para a Organização Mundial do Comércio (2008 - 2009).	Outubro								
6	Documento informativo e de análise sobre o avanço das negociações dos países-membros com terceiros países.	Dezembro								
7	Glossário de termos utilizados nos Regimes de Origem.	Julho								
8	Cooperação com o Convénio Multilateral sobre cooperação e assistência mútua entre as Direções Nacionais de Aduanas da América Latina, Espanha e Portugal - COMALEP.	Permanente		4.850						
9	Acesso aos mercados de bens e aproveitamento das preferências: - Relatório sobre comércio negociado e aproveitamento das preferências - Sistema de Informação de Acesso a Mercados (SIAM): nova versão em NALADI/SH 2007 - Apoiar o Grupo de Trabalho de Acesso aos Mercados de bens no desenho de um plano de ação da ALADI para alcançar um maior aproveitamento das preferências.	Dezembro								
10	Relatório trimestral sobre a evolução do comércio exterior dos países membros: - Relatório trimestral por país - Relatório trimestral ALADI.	Dezembro								
11	Relatórios sobre a evolução do processo de integração: - Relatório do Secretário-Geral sobre a evolução do processo de integração durante o ano 2008-2009 - Relatório preliminar do Secretário-Geral sobre a evolução do processo de integração durante o ano 2010.	Dezembro								

Nº	Atividade	Data de finalização	1 Quadro de Pessoal	2.1 Missões de Serviço	2.2 Assessores	2.3 Consult. e Pess. Tran.	2.4 PMDERS	2.5 Difusão	2.6 Capacit. e Treinam.	2.7 (*) Part. Per. Gov. em R.
12	Estudo "30 anos de integração comercial na ALADI".	Julho								
13	Boletim Eletrônico "Comércio Exterior em Cifras".	Permanente								
<b>TOTAL CAPITULO III</b>				<b>4.850</b>	<b>0</b>	<b>15.500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>



Nº	Atividade	Data de finalização	1 Quadro de Pessoal	2.1 Missões de Serviço	2.2 Assessores	2.3 Consult. e Pess. Tran.	2.4 PMDERS	2.5 Difusão	2.6 Capacit. e Treinam.	2.7 (*) Part. Per. Gov. em R.
<b>CAPITULO IV</b>										
<b>SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICAS</b>										
1	XIII Reunião Técnica de escritórios governamentais responsáveis pelo fornecimento da informação estatística de Comércio Exterior da ALADI (RECOMEX).	Agosto								
2	Manutenção e atualização do Manual de Instruções para o fornecimento uniforme da informação estatística de comércio exterior dos países-membros à Secretaria-Geral.	Permanente		6.000						
3	Manutenção e atualização dos módulos que compõem o Sistema de Informação de Comércio Exterior (SICOEX).	Permanente								
4	Aprofundamento do estudo que avalia a efetividade do procedimento aplicado pela Secretaria-Geral para a designação do comércio negociado ao amparo dos mecanismos do TM80.	Setembro								
5	Aperfeiçoamento e Modernização do Sistema Integral de Informação (SII).	Dezembro								
6	Aperfeiçoamento, atualização e manutenção da página Web e da Intranet da Associação.	Permanente								
7	Desenvolvimento e manutenção do software.	Permanente								
8	Atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos de computação e infra-estrutura de rede. Atendimento da demanda de suporte informático dos usuários internos e externos.	Permanente								
9	Gestão, manutenção e atualização do Centro Bibliográfico-Docimentário da Associação. Consolidação da Biblioteca Digital e modernização dos serviços.	Permanente								
10	Atendimento das consultas de usuários internos e externos sobre os módulos do SICOEX.	Permanente								
<b>TOTAL CAPITULO IV</b>				<b>6.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Nº	Atividade	Data de finalização	1 Quadro de Pessoal	2.1 Missões de Serviço	2.2 Assessores	2.3 Consult. e Pess. Tran.	2.4 PMDERS	2.5 Difusão	2.6 Capacit. e Treinam.	2.7 (*) Part. Per. Gov. em R.
<b>CAPITULO V</b>										
<b>MATÉRIAS COMPLEMENTARES AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO</b>										
1	Promoção do comércio: - Participação em feiras e eventos - Serviço de apoio ao empresário mediante portais - Serviços de apoio às Representações Permanentes e aos organismos públicos dos países-membros - Relatório sobre oportunidades comerciais - Gestões de posicionamento institucional no mercado local.	Dezembro		15.000				3.000		
2	Promoção da integração produtiva: - II Reunião de Responsáveis Governamentais MPMES: "Intercâmbio de Experiências e Melhores Práticas em Alianças Público-Privadas para MPMES Exportadoras" - Estudo: Análise das oportunidades de integração produtiva e/ou de complementação econômica entre os países-membros da ALADI - Projeto: Mapeamento dos distritos industriais dos países-membros da ALADI (sujeito a cooperação externa).	Dezembro						1.000		
3	Participação da sociedade civil: - Reunião do CASE - etapa MPMES - Reunião do CAT - Estudo: Impacto dos Acordos de Complementação Econômica sobre o emprego no setor têxtil dos países-membros (sujeito a cooperação externa).	Dezembro								
4	Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos e outros - Realização da XLIII Reunião do CFM e da LI Reunião da CAFM - Apoio ao funcionamento do SICAP/ALADI - Relatórios de acompanhamento, avaliação e funcionamento do Convênio de Pagamentos - Atualização das normas e da documentação do Convênio de Pagamentos e das regulamentações dos Bancos Centrais - Análise das propostas apresentadas aos órgãos do Convênio de Pagamentos e ações a serem desenvolvidas de acordo com os mandados emanados dos mesmos. - Difusão do Convênio de Pagamentos	Dezembro		2.030						

Nº	Atividade	Data de finalização	1 Quadro de Pessoal	2.1 Missões de Serviço	2.2 Assessores	2.3 Consult. e Pess. Tran.	2.4 PMDERS	2.5 Difusão	2.6 Capacit. e Treinam.	2.7 (*) Part. Per. Gov. em R.
	- Acompanhamento dos avanços dos Sistemas de Pagamentos em Moedas Locais (SML) e do Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagamentos (SUCRE).									
5	Financiamento do comércio: - Seminário-Oficina sobre mecanismos de financiamento para MPMEs exportadoras, em coordenação com ALIDE.	Novembro		2.445						
6	Banco de dados de experiências bem-sucedidas no desenvolvimento social.	Permanente								
7	Oficina de economia social ou solidária.	Outubro								
8	Encontro sobre empresas recuperadas por seus trabalhadores.	Abril								
9	Oficina na área das Microfinanças para o Fomento de Intermediários Financeiros Bancários e Não Bancários.	Julho								
10	Identificação, avaliação e elaboração de propostas de programas em zonas de fronteira.	Setembro								
11	Desenho e desenvolvimento de programas de capacitação para funcionários públicos em áreas que promovam a integração produtiva dos setores menos favorecidos pelo processo de integração.	Setembro								
12	Inventário de estudos sobre o impacto social e no meio ambiente do processo de integração.	Novembro								
13	Reativação do Conselho do Transporte para a Facilitação do Comércio.	Dezembro								
14	Atualização e agrupamento das bases de dados de Sistema de Informação de Transporte da ALADI (SITA) e Sistema de Informação para a Preparação da Carga, da ALADI (SIPCA).	Permanente				3.000				
15	Apoio técnico e administrativo aos órgãos administradores dos acordos sobre transporte, energia, comunicações e sobre tecnologias da informação.	Permanente		1.845						
16	Acompanhamento das atividades no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o Projeto Mesoamericano e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).	Permanente		1.845						

Nº	Atividade	Data de finalização	1 Quadro de Pessoal	2.1 Missões de Serviço	2.2 Assessores	2.3 Consult. e Pess. Tran.	2.4 PMDERS	2.5 Difusão	2.6 Capacit. e Treinam.	2.7 (*) Part. Per. Gov. em R.
17	Harmonização de Procedimentos Aduaneiros e Segurança para a Facilitação do Comércio.	Dezembro								
18	Identificação dos documentos relacionados aos procedimentos aduaneiros que poderiam ser digitalizados.	Dezembro								
19	III Reunião do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros da ALADI.	Novembro		1.845						
20	Projeto "Relatório Energético Setorial da América Latina e o Caribe" (sujeito a cooperação externa).	Dezembro								
21	Relatório de acompanhamento das atividades e instrumentos gerados em matéria de energia no âmbito dos países da ALADI.	Dezembro								
22	Exercício da Secretaria de Coordenação da Associação Latino-Americana de Logística (ALL).	Permanente		2.300						
23	Estudo para definir e estabelecer os princípios fundamentais e instrumentos básicos necessários para o uso da Assinatura Digital no âmbito da ALADI.	Dezembro								
24	Projeto de Certificados de Origem Digitais (PCOD): - Plano de Provas Técnicas - Plano de Difusão - Início da fase de emissão controlada do COD - Realização de reuniões presenciais do Grupo de Trabalho Ad Hoc  - Estudo das bases jurídicas para o reconhecimento legal do COD no âmbito dos acordos assinados ao amparo do TM80.	Dezembro		7.380		3.500				
<b>TOTAL CAPÍTULO V</b>				<b>34.690</b>	<b>0</b>	<b>6.500</b>	<b>0</b>	<b>4.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Nº	Atividade	Data de finalização	1 Quadro de Pessoal	2.1 Missões de Serviço	2.2 Assessores	2.3 Consult. e Pess. Tran.	2.4 PMDERS	2.5 Difusão	2.6 Capacit. e Treinam.	2.7 (*) Part. Per. Gov. em R.
<b>CAPITULO VI</b>										
<b>SISTEMA DE APOIO AOS PMDERS</b>										
1	Finalização e publicação de projetos iniciados em 2009 em favor da Bolívia, Equador e Paraguai.	Junho								
2	Plano de Ação 2010-2011- Primeira etapa.	Permanente					204.000			
3	Identificação das instituições e países que contem com fundos de cooperação financeira e horizontal.	Maio								
4	Elaboração de relatórios de comércio dos PMDERS.	Permanente								
5	Informação sobre os PMDERS na página Web e atualização do CD de publicações.	Permanente								
6	Ações transversais de apoio aos PMDERS.	Permanente								
7	Avaliação da gestão anual do DAPMDER.	Dezembro								
8	Outras atividades derivadas dos órgãos políticos da Associação.	A determinar								
<b>TOTAL CAPITULO VI</b>				0	0	0	204.000	0	0	0

Nº	Atividade	Data de finalização	1 Quadro de Pessoal	2.1 Missões de Serviço	2.2 Assessores	2.3 Consult. e Pess. Tran.	2.4 PMDERS	2.5 Difusão	2.6 Capacit. e Treinam.	2.7 (*) Part. Per. Gov. em R.
<b>CAPITULO VII</b>										
<b>GESTÃO DA SECRETARIA-GERAL</b>										
1	Direção, supervisão e controle das atividades da Secretaria-Geral.	Permanente		40.460	80.600	18.000				
2	Protocolo e Relações Públicas.	Permanente								
3	Difusão das atividades da Associação. Celebração do 30º Aniversário da Associação e do 50º Aniversário do processo de integração latino-americano. Desenvolvimento do programa <small>estudantil</small>	Permanente						6.000		
4	Cooperação técnica e financeira.	Permanente								
5	Formação e capacitação em temas vinculados ao comércio internacional e à integração regional.	Permanente								
6	Reuniões e seminários relacionados com as atividades da Associação.	Dezembro								
<b>TOTAL CAPITULO VII</b>				<b>40.460</b>	<b>80.600</b>	<b>18.000</b>	<b>0</b>	<b>6.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Nº	Atividade	Data de finalização	1 Quadro de Pessoal	2.1 Missões de Serviço	2.2 Assessores	2.3 Consult. e Pess. Tran.	2.4 PMDERS	2.5 Difusão	2.6 Capacit. e Treinam.	2.7 (*) Part. Per. Gov. em R.
----	-----------	---------------------	------------------------	---------------------------	-------------------	-------------------------------	---------------	----------------	----------------------------	----------------------------------

CAPITULO VIII ADMINISTRAÇÃO										
1	Elaboração de relatórios sobre a execução orçamentária, situação financeira e o programa de atividades da Associação.	Permanente								
2	Apresentação do projeto de Orçamento por Programas para o ano 2011.	Outubro								
3	Administração e controle contábil-financeiro; administração, fornecimento e controle de estoque de bens; administração do sistema de missões de serviço; administração contábil-financeira dos convênios de cooperação externa.	Permanente								
4	Serviço de trâmites; desenho, impressão e distribuição dos documentos publicados pela Secretaria-Geral; serviço de atendimento aos usuários e comercialização da informação.	Permanente								
5	Prestação dos serviços de tradução.	Permanente								
6	Prestação de serviços de portaria, manutenção dos bens que integram o patrimônio da Secretaria e conservação do edifício sede.	Permanente								
7	Administração dos recursos humanos da Secretaria-Geral e dos contratos dos consultores e do pessoal transitório.	Permanente			6.000				9.000	
<b>TOTAL CAPÍTULO VIII</b>				0	0	6.000	0	0	9.000	0

<b>TOTAL DESIGNADO PROGRAMA DE ATIVIDADES 2010:</b>		86.000	80.600	46.000	204.000	10.000	9.000	0
---	--	--------	--------	--------	---------	--------	-------	---

<b>TOTAL ORÇAMENTO 2010:</b>	3.288.461	86.000	80.600	53.400	204.000	10.000	9.000	84.934
------------------------------	-----------	--------	--------	--------	---------	--------	-------	--------

(\*) Item não destinado às atividades de acordo como o assinalado no documento ALADI/SEC/dt 511/Rev.3.





ALADI/CR/Resolução 360  
15 de dezembro de 2009

## RESOLUÇÃO 360

### PLANO DE AÇÃO PRIORIZADO PARA O DESENVOLVIMENTO DA DIMENSÃO SOCIAL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA ALADI

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35 e 38 do Tratado de Montevideú 1980 e a Resolução 69 (XV) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO Que, em cumprimento do mandado emanado do Artigo Segundo da Resolução 69 (XV) do Conselho de Ministros, o Comitê de Representantes, mediante a Resolução 344, de 10 de junho de 2009, criou o Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social no processo de integração da ALADI;

Que, outrossim, de conformidade com o estabelecido pelo mencionado Artigo Segundo da Resolução 69 (XV), foi criado o Departamento da Dimensão Social na Estrutura Orgânica e Funcional da Secretaria-Geral, mediante a Resolução 356, do Comitê de Representantes, de 2 de dezembro de 2009; e

Que o mencionado Artigo Segundo da Resolução 69 (XV) do Conselho encomenda ao Comitê de Representantes e à Secretaria-Geral a elaboração de um Plano de Ação Priorizado,

### RESOLVE:

Aprovar o “Plano de Ação Priorizado para o Desenvolvimento da Dimensão Social do Processo de Integração”, que consta em anexo e faz parte da presente Resolução.

---



PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO PRIORIZADO PARA O DESENVOLVIMENTO DA  
DIMENSÃO SOCIAL DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

<b>LINEAMENTO B. COOPERAÇÃO COMO FERRAMENTA DE APOIO À INCLUSÃO SOCIAL</b>		<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>		
<b>OBJETIVOS</b>	<b>AÇÕES OU ATIVIDADES</b>	<b>Primeiro Quadrimestre</b>	<b>Segundo Quadrimestre</b>	<b>Terceiro Quadrimestre</b>
<p>1.- Criação de um Banco de Dados de Experiências Bem-sucedidas no desenvolvimento social que possibilite a construção de uma Matriz de Cooperação entre todos os países-membros, onde cada um apresente suas demandas (necessidades) e suas potencialidades (projetos ou programas existentes).</p>	<p>1.1- Desenho e implementação do Projeto Banco de Dados de Experiências Bem-sucedidas no desenvolvimento social, incluindo aquelas de apoio à comercialização regional de produtos originários do setor das MPMEs e de outros setores da economia social.</p>	<p>Desenho definitivo do Programa: fevereiro 2010</p> <p>Elaboração de critérios para a Solicitação de informação março: 2010</p> <p>Desenho do Banco de dados: abril 2010</p>	<p>Coleta e incorporação de programas e projetos no Banco de dados maio 2010</p>	<p>Ano 2011</p>

LINEAMENTO B. COOPERAÇÃO COMO FERRAMENTA DE APOIO À INCLUSÃO SOCIAL		CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO		
OBJETIVOS	AÇÕES OU ATIVIDADES	Primeiro Quadrimestre	Segundo Quadrimestre	Terceiro Quadrimestre
<p><b>Objetivo geral:</b> fortalecer as relações entre os organismos regionais e internacionais especializados, bem como entre países-membros que implementaram programas em temas de desenvolvimento social.</p> <p><b>2.- Promover atividades para a análise e a identificação de projetos específicos de desenvolvimento social, em áreas tais como: comercialização de produtos relacionados com empreendimentos de economia social e solidária; e empresas recuperadas pelos seus trabalhadores, que podem ser objeto de um trabalho complementar para outras ações de integração produtiva e de aprofundamento e facilitação do comércio, com o apoio dos organismos internacionais.</b></p>	<p><b>AÇÕES OU ATIVIDADES</b></p> <p>2.1- Realização de uma oficina na Área da Economia Social que inclua aspectos da comercialização de produtos de empreendimentos neste campo.</p> <p>2.2.- Realização de um encontro para o intercâmbio de experiências de empresas recuperadas pelos trabalhadores.</p>	<p>Abri! 2010</p>		<p>Outubro 2010</p>
				<p>Ano 2011</p>

LINEAMENTO C. INTEGRAÇÃO PRODUTIVA COMO INSTRUMENTO DA INCLUSÃO SOCIAL		CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO			
Objetivo geral: dinamizar a integração produtiva com atividades concretas que favoreçam a inclusão social.		Primeiro Quadrimestre	Segundo Quadrimestre	Terceiro Quadrimestre	Ano 2011
OBJETIVOS	AÇÕES OU ATIVIDADES				
3.- Impulsionar o desenvolvimento de soluções ao problema do acesso às modalidades de poupança e crédito tanto dos lares excluídos dos sistemas de finanças e microfinanças existentes, como o das micro, pequenas e médias empresas.	3.1.- Realização de uma oficina na Área das Micro-finanças para o Fomento de Intermediários Financeiros Bancários e Não Bancários, que promova o intercâmbio de experiências bem-sucedidas para contribuir à poupança e ao crédito dos setores menos favorecidos até o presente.		Julho 2010		
4 Propor programas de integração produtiva e comercial nas zonas fronteiriças que contemplem dois ou mais países, a fim de que os setores mais vulneráveis da população se beneficiem dos mecanismos e facilidades oferecidos pela ALADI.	4.1.- Identificação, avaliação e elaboração de propostas de programas em zonas de fronteira que fomentem a integração de setores mais vulneráveis da perspectiva socioprodutiva.	Início da atividade (identificação dos programas existentes); março 2010	Avaliação dos programas existentes: junho 2010.	Elaboração de propostas: setembro 2010	Apresentação de propostas de programas nos termos da recomendação da RMAS. Primeiro quadrimestre

<p>5.- Promover experiências a serem implementadas em conjunto com o setor acadêmico voltadas para a capacitação dos funcionários públicos em temas de integração.</p>	<p>5.1.- Desenho e desenvolvimento de programas de capacitação para funcionários públicos em áreas que promovam a integração produtiva dos setores menos favorecidos pelo processo de integração.</p>	<p>Identificação de universidades participantes fevereiro 2010</p>	<p>Desenho do Programa de capacitação de funcionários públicos e estudantes. Maio 2010</p> <p>Desenvolvimento das estratégias de implementação julho 2010</p> <p>Identificação do Perfil dos participantes julho 2010</p>	<p>Desenvolvimento da capacitação setembro</p>	
--	---	--	---	--	--

LINEAMENTO D. APROFUNDAMENTO E FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EM APOIO À INCLUSÃO SOCIAL		CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO			
OBJETIVOS	AÇÕES OU ATIVIDADES	Primeiro Quadrimestre	Segundo Quadrimestre	Terceiro Quadrimestre	Ano 2011
6.- Elaborar estudos sobre o impacto social e no meio ambiente do processo de integração comercial da ALADI.	6.1.- Inventário de estudos sobre o impacto social e no meio ambiente do processo de integração existentes nos países-membros da ALADI.	Desenho do Inventário e elaboração de critérios para a seleção fevereiro	Início do Inventário: maio 2010  Finalização e apresentação do Inventário: agosto 2010	Identificação de estudos de impacto em setores priorizados: novembro 2010	Elaboração de estudo priorizado  Primeiro quadrimestre